



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48
Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

EDITAL ELETRÔNICO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: sim
EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: não

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 16.725.962/0001-48, com sede à Avenida JK, nº 396, Bairro Centro, Pimenta/MG, CEP 35.585-000, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026** objetivando o ***credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de saúde, compreendendo a realização de consultas médicas especializadas, exames diagnósticos, procedimentos ambulatoriais e demais procedimentos especializados, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG***, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021 e **Decreto Municipal nº 3.253/2023** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E DOCUMENTAÇÃO
Site Oficial para realização do credenciamento eletrônico: www.licitanet.com.br
Contato para Fornecedores na Plataforma LICITANET: Telefone (34) 2512-6500 Whatsapp: (34) 3014-6633 Email: fornecedor@licitanet.com.br
Consultas ao Edital e Divulgação de Informações: www.licitanet.com.br / www.pimenta.mg.gov.br
Impugnações e Esclarecimentos: Exclusivamente pela plataforma no www.licitanet.com.br
Período: O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 10/04/2026 , na Plataforma Eletrônica LICITANET, considerando que para o primeiro ciclo de análise será observado o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis após a data de publicação do edital nos termos estabelecido no Decreto Municipal nº 3.253/2023
Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.253/2023.
Vigência: O presente credenciamento terá natureza contínua, paralela e não excludente, permanecendo aberto pelo prazo de 5 (cinco) anos , contados da data de publicação do instrumento convocatório.
Durante o período de vigência, será admitida a inscrição de interessados a qualquer tempo, desde que atendidas as condições estabelecidas neste Edital.
Os contratos decorrentes deste credenciamento terão vigência limitada ao prazo de vigência do credenciamento.

1. DO OBJETO, DEFINIÇÃO, CRITÉRIO DE SELEÇÃO E VIGÊNCIA

1.1 Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de saúde, compreendendo a realização de consultas médicas especializadas, exames diagnósticos, procedimentos ambulatoriais e demais procedimentos especializados, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, **Anexo I que faz parte integrante deste edital.**

1.1.1 Os valores constantes do Termo de Referência serão reajustados anualmente, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor



– INPC/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, sendo o referido reajuste automaticamente estendido aos contratos e termos de credenciamento vigentes, mediante apostilamento, independentemente de aditamento.

1.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.2.1 A adoção do procedimento auxiliar de credenciamento justifica-se pela natureza do objeto, caracterizado pela existência de múltiplos prestadores aptos à execução dos serviços, sem que haja competição efetiva por preço, uma vez que a Administração estabelece previamente os valores a serem praticados, assegurando isonomia entre os interessados. Ademais, a demanda apresenta caráter variável e não plenamente previsível, o que inviabiliza a definição de quantitativos exatos e recomenda a formação de uma rede de prestadores credenciados, permitindo a contratação conforme a necessidade administrativa, com vistas à ampliação da capacidade de atendimento, à continuidade dos serviços e à eficiência na gestão pública, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

1.4 O credenciamento de interessados poderá ser utilizado sempre que houver inviabilidade de competição, quando o objetivo da administração for dispor da maior rede possível de interessados mediante condições padronizadas e previstas no instrumento de convocação, sem diferenciação de tratamento entre os credenciados e está previsto no **Decreto Municipal nº 3.253/2023** que o regulamenta, devendo ser observadas as seguintes regras:

1.4.1 o credenciamento ficará aberto pelo **prazo de 5 (cinco) anos** e a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

1.4.1.1 Enquanto aberto o prazo para credenciamento, para garantir a publicidade efetiva do procedimento, a Administração republicará o edital, via extrato, com periodicidade não superior a doze meses.

1.5 A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos e demais condições de execução estão previstos no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar os quais integram este edital como se neste estivessem transcritos.

1.5.1 Em nenhuma hipótese será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado, sem autorização expressa da Administração.



2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que se manifestarem pela plataforma LICITANET e comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos com acesso através da plataforma eletrônica **www.licitanet.com.br**.

2.2 Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida neste Edital.

2.3 Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pela Prefeitura Municipal de Pimenta/MG.

2.4 O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.7 Não poderão participar do credenciamento:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em



julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.5 pessoas físicas¹;

2.7.6 empresas enquadradas como MEI (Microempreendedor Individual)²;

2.7.7 pessoas jurídicas reunidas em consórcio³;

2.7.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.8.1 O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO

3.1 Os interessados deverão acessar o edital através do site www.licitanet.com.br, preencher todos os campos solicitados e cadastrar a solicitação de credenciamento que equivale à proposta, na plataforma.

3.1.1 As inscrições ocorrerão exclusivamente na plataforma www.licitanet.com.br, e não serão recebidos documentos na sede da Prefeitura Municipal na forma presencial.

3.2 Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3 No valor do credenciamento estabelecido para cada item, conforme o caso, estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, como deslocamento, hospedagem, taxas de salas e de

¹ **Nota explicativa:** A vedação à participação de pessoas físicas decorre do fato de que a eventual contratação nessa modalidade implicaria a incidência de encargos previdenciários patronais por parte do Município, especialmente a contribuição ao INSS, o que resultaria em aumento do custo da contratação e impacto na economicidade do ajuste. Assim, opta-se pela participação exclusiva de pessoas jurídicas, em observância aos princípios da eficiência e da gestão responsável dos recursos públicos.

² **Nota explicativa:** A vedação à participação de Microempreendedor Individual – MEI decorre da natureza do objeto do credenciamento, que envolve a prestação de serviços de saúde cuja execução exige habilitação legal específica e registro em conselho profissional competente, caracterizando-se como atividades regulamentadas. Considerando que o enquadramento como MEI, nos termos da legislação vigente, está, em regra, vinculado ao exercício de atividades de menor complexidade e não abrangidas por profissões regulamentadas, justifica-se a restrição, com vistas à garantia da adequada qualificação técnica dos prestadores e ao cumprimento das exigências legais aplicáveis.

³ **Nota explicativa:** A vedação à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio justifica-se pela natureza e pelo porte do objeto do credenciamento, que não demanda a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de múltiplas empresas para sua execução. Trata-se de serviços padronizados, de execução individualizada e com ampla oferta no mercado, sendo desnecessária a formação de consórcios, cuja admissão poderia acarretar maior complexidade na gestão contratual e na fiscalização, sem ganhos efetivos para a Administração, em observância aos princípios da eficiência e da proporcionalidade.



materiais de uso intrínseco no procedimento conforme cada item, considerando inclusive o local e raio definido para a execução do objeto.

3.4 A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

3.5 No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1 inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.2 está enquadrado na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

3.5.3 tem pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

3.5.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

3.5.5 cumpre do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3.5.6 assume total responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu login e senha.

3.5.7 a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.8 cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

3.5.9 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.10 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.5.11 tem ciência da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3.5.12 não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)

3.5.13 a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de



qualquer outro participante potencial ou de fato do credenciamento, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

3.5.14 a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4. DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

4.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, na forma eletrônica na plataforma Licitanet conforme relacionado abaixo:

4.1.1 Solicitação de Credenciamento conforme modelo constante do anexo III deste edital;

4.1.2 Comprovante⁴ da inexistência de sanção que impeça a participação na futura contratação, mediante consulta aos cadastros oficiais de sanções, a seguir:

4.1.2.1 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa (CNJ);

4.1.2.2 Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON (TCU);

4.1.2.2.1 Para pessoas jurídicas, as consultas poderão ser realizadas de forma unificada por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, disponível no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

4.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no registro civil de pessoas jurídicas, conforme a natureza da entidade, acompanhado, quando for o caso, de documentos que comprovem a eleição ou designação de seus administradores.

4.1.3.1 Em se tratando de:

4.1.3.1.1 empresário individual: registro comercial;

4.1.3.1.2 sociedades comerciais: contrato social ou estatuto, com suas alterações ou consolidação vigente;

4.1.3.1.3 sociedades por ações: estatuto social acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

4.1.3.1.4 sociedades civis: inscrição do ato constitutivo

⁴ **Nota explicativa:** A consulta aos cadastros de sanções, tais como o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ, na fase de habilitação, constitui recomendação do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário, por se tratar de verificação da própria condição de participação do interessado. Ressalta-se que a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU reúne informações provenientes do CEIS, do CNJ, do próprio TCU e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, disponível no Portal da Transparência, podendo ser utilizada como meio substitutivo para fins de verificação.



acompanhada de prova da diretoria em exercício;

4.1.3.1.5 empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando exigido;

4.1.3.1.6 entidades sem fins lucrativos: ato constitutivo e, quando aplicável, certificado de fins filantrópicos ou declaração de utilidade pública.

4.1.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

4.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;

4.1.6 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive às contribuições previdenciárias;

4.1.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado e, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.1.8 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.1.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.1.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa;

4.1.11 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de apresentação da documentação, se outro prazo não for definido na própria certidão;

4.1.12 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto credenciado;

4.1.13 Para fins de comprovação da habilitação técnica, deverá ser apresentado, juntamente com a documentação de credenciamento:

4.1.13.1 Declaração do local onde será realizado o atendimento e a indicação do profissional responsável técnico conforme minuta constante do anexo IV deste edital;

4.1.13.1.1 Para os itens descritos no edital, cuja execução exija a habilitação médica de especialista, a



declaração deve indicar o registro da respectiva Qualificação de Especialidade (RQE).

4.1.13.2 Comprovante de inscrição no respectivo Conselho de Classe Profissional da empresa interessada e do responsável técnico pela prestação de serviços. Ex: inscrição no CRM, no caso de médicos; no CRF, no caso de bioquímicos, etc;

4.1.13.3 Ficha de Identificação do estabelecimento junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento da documentação;

4.1.13.4 Alvará Sanitário, e/ou documento equivalente, dentro do prazo de validade;

4.1.13.4.1 Para os itens descritos no edital com execução a ser realizada na sede do município de Pimenta/MG em estabelecimento municipal, será dispensado a apresentação de Alvará Sanitário e/ou documento equivalente da sede da credenciada;

4.1.14 Para fins de fruição do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, o interessado enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou equiparado deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que contenha restrições, devendo comprovar sua condição mediante Certidão Simplificada da Junta Comercial, Declaração de Enquadramento arquivada na Junta Comercial ou outro documento oficial hábil que demonstre o enquadramento como ME, EPP ou MEI, emitido no exercício do procedimento auxiliar de Credenciamento ou dentro do prazo de validade do documento;

4.1.14.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a interessada qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e equiparada, seja credenciada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a credenciante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprove a regularização;

4.1.14.1.1 O prazo poderá, quando requerido mediante apresentação de justificativa plausível, ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública;

4.1.14.2 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto acarretará a inabilitação do interessado e o indeferimento total do pedido de credenciamento.



5. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO E DATAS DE CORTES

5.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entregarão, exclusivamente pela plataforma LICITANET, toda a documentação de habilitação e credenciamento prevista neste edital.

5.2 Para o primeiro ciclo, será observado o prazo mínimo de **5 (cinco) dias úteis entre a publicação do edital e o início da análise**, nos termos do Decreto Municipal nº 3.253/2023.

5.2.1 Após o primeiro ciclo será adotado **ciclo mensal de análise** conforme definido neste edital.

5.3 A análise dos documentos de habilitação será realizada, de igual forma, pela plataforma LICITANET, sendo que, a Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

5.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

5.5 Encerrada a análise inicial na primeira rodada, será publicada a relação dos credenciados aptos à contratação.

5.6 Será assegurado prazo para interposição de recursos administrativos e respectivas contrarrazões pelo prazo de até **3 (três) dias úteis**.

5.6.1 O recurso não terá efeito suspensivo e a Administração o responderá no prazo previsto no Art. 165, § 2º da Lei 14.133/2021.

5.7 Encerrada a fase recursal, será publicada a relação definitiva dos credenciados aptos à contratação.

5.7.1 A lista dos interessados habilitados/credenciados, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico www.pimenta.mg.gov.br e publicada no Diário Oficial Eletrônico Municipal.

6. DO CRONOGRAMA DE ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DO ROL DE CREDENCIADOS

6.1 Após a primeira rodada, o credenciamento permanecerá aberto de forma contínua durante toda a sua vigência, sendo permitida a apresentação de solicitações a qualquer tempo por meio da plataforma eletrônica indicada neste Edital.



6.2 Para fins de organização administrativa, será adotado **ciclo mensal de análise**, considerando-se as solicitações de credenciamento protocoladas até o último dia útil de cada mês.

6.3 A Comissão de Contratação realizará a análise da documentação no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do primeiro dia útil do mês subsequente, com posterior divulgação pela plataforma, da relação preliminar dos interessados habilitados e inabilitados.

6.4 Encerrada a análise dos pedidos de credenciamento da rodada mensal, será publicada a relação dos credenciados aptos à contratação.

6.5 Será assegurado prazo para interposição de recursos administrativos e respectivas contrarrazões pelo prazo de até **3 (três) dias úteis**.

6.5.1 O recurso não terá efeito suspensivo e a Administração o responderá no prazo previsto no Art. 165, § 2º da Lei 14.133/2021.

6.6 Encerrada a fase recursal, será publicada a relação definitiva dos credenciados aptos à contratação.

6.7 Os termos de credenciamento e/ou contratos firmados no respectivo ciclo mensal produzirão efeitos e integrarão o rol de credenciados ativos **a partir do primeiro dia útil do mês subsequente à sua formalização**, ressalvada a hipótese de suspensão por pendência legal ou técnica devidamente justificada.

6.8 A adoção do ciclo mensal não impede o recebimento contínuo de solicitações de credenciamento, tampouco assegura direito subjetivo à contratação imediata, que ocorrerá conforme a necessidade da Administração e os critérios estabelecidos neste Edital.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DO CONTRATO

7.1 Encerrada a análise da documentação, apreciados os eventuais recursos administrativos e após manifestação jurídica, os autos serão encaminhados à autoridade competente, a quem caberá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, adotar uma das seguintes providências:

7.1.1 determinar o retorno dos autos para saneamento de eventuais irregularidades;

7.1.2 revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade;

7.1.3 anular o procedimento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, quando constatada ilegalidade insanável;

7.1.4 homologar o resultado do credenciamento e autorizar a formalização dos termos de credenciamento e/ou contratos com os interessados habilitados;



7.2 Com a homologação do resultado do credenciamento serão considerados efetivamente selecionados todos os interessados que atenderam às especificações deste Edital e seus anexos, e estes estarão aptos á contratação do objeto, nos termos do art. 79, I da Lei 14.133/2021.

7.3 Após a efetivação da homologação do resultado do credenciamento, as empresas credenciadas serão contratadas por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.4 O Contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua formalização, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021 e demais hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico Municipal.

7.5 A minuta do contrato a ser celebrado consta do Anexo II deste Edital.

7.6 Os fornecedores credenciados têm o direito de solicitar o descredenciamento a qualquer momento, no entanto, essa solicitação não exime o credenciado das obrigações decorrentes de contratos já assumidos nem das responsabilidades advindas destes.

7.6.1 A vigência do contrato ficará, em qualquer hipótese, limitada ao prazo de vigência do credenciamento, não podendo ultrapassá-lo, ainda que haja previsão de prorrogação no contrato.

8. CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA ENTRE OS CREDENCIADOS

8.1 Considerando a natureza do credenciamento como contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não será estabelecida ordem de classificação ou preferência entre os credenciados, sendo a distribuição da demanda realizada de forma **isonômica, impessoal e transparente**.

8.2 A distribuição dos serviços será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do sistema de regulação assistencial, observando-se critérios objetivos relacionados à disponibilidade do prestador, à sua capacidade operacional informada, à localização geográfica e respectivo raio de atuação, ao tipo e à complexidade do procedimento, à priorização clínica do paciente, bem como aos fluxos assistenciais e à organização da rede de saúde, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços, a eficiência administrativa e o melhor atendimento ao usuário.

8.3 Para fins de organização administrativa, a distribuição da demanda observará **ciclos mensais**, tomando-se por base o rol de credenciados ativos consolidado no início de cada mês, sem prejuízo de ajustes operacionais ao longo do período, quando necessário para assegurar a continuidade e a eficiência do atendimento.

8.4 A Administração buscará a **distribuição equitativa da demanda** entre os



credenciados aptos dentro de cada ciclo mensal, evitando concentração indevida de atendimentos, sem prejuízo da observância dos critérios técnicos e assistenciais definidos neste Edital e no Termo de Referência.

8.5 A regulação da demanda observará os princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e do melhor atendimento ao usuário, podendo haver variações na distribuição em razão de fatores técnicos, assistenciais ou logísticos devidamente justificados.

8.6 A ausência de distribuição uniforme em determinado ciclo mensal não configura irregularidade, desde que fundamentada em critérios técnicos, assistenciais ou operacionais, não gerando ao credenciado direito subjetivo à demanda mínima ou à ordem de atendimento.

8.7 O modelo adotado não impede a utilização de critérios técnicos objetivos para organização da rede assistencial, desde que previamente definidos e devidamente motivados, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 533/2022 – Plenário).

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO VÍNCULO COM A REGULAÇÃO ASSISTENCIAL

9.1 O pagamento pelos serviços prestados será realizado de forma mensal, conforme a efetiva execução dos procedimentos, observados os valores unitários fixados no Termo de Referência e demais instrumentos do processo.

9.2 A execução dos serviços estará obrigatoriamente vinculada ao **fluxo de regulação da Secretaria Municipal de Saúde**, sendo condição indispensável para o pagamento:

- 9.2.1** a prévia autorização do procedimento pela regulação municipal;
- 9.2.2** o encaminhamento formal do usuário por meio dos sistemas ou instrumentos oficiais adotados pela Administração;
- 9.2.3** a observância dos critérios de priorização clínica, agendamento e distribuição da demanda.

9.3 O pagamento somente será devido pelos serviços:

- 9.3.1** previamente autorizados pela regulação;
- 9.3.2** efetivamente executados;
- 9.3.3** devidamente comprovados mediante documentação idônea;
- 9.3.4** atestados pela fiscalização competente.

9.4 Para fins de faturamento, o credenciado deverá apresentar nota fiscal acompanhada, no mínimo, dos seguintes documentos:

- 9.4.1** autorização emitida pela regulação municipal;
- 9.4.2** comprovante de realização do procedimento;



9.4.3 relatórios de atendimento contendo identificação do usuário, data, tipo de procedimento e profissional executor e demais documentos exigidos pela Administração.

9.5 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados da validação da documentação e do atesto da execução dos serviços pela fiscalização, desde que cumpridas todas as exigências contratuais e mantidas as condições de habilitação.

9.6 Os valores previstos no Termo de Referência possuem caráter meramente estimativo, não gerando direito adquirido a faturamento mínimo, tampouco garantia de demanda, **estando a execução condicionada à regulação assistencial**, à necessidade da Administração e à disponibilidade orçamentária, conforme previsto no Termo de Referência.

9.7 Não haverá pagamento antecipado, nem remuneração por disponibilidade, sendo vedado o pagamento por serviços não autorizados, não executados ou executados em desacordo com o fluxo de regulação.

9.8 A Administração poderá realizar glosas totais ou parciais quando verificada:

9.8.1 ausência de autorização prévia pela regulação;

9.8.2 inconsistência entre o procedimento autorizado e o executado;

9.8.3 ausência de comprovação documental;

9.8.4 descumprimento dos fluxos assistenciais ou das normas técnicas aplicáveis.

9.9 O pagamento será realizado mediante a Nota Fiscal e será **creditado em conta corrente da credenciada**, por meio de **ordem bancária e/ou pix** indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.9.1 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Pimenta/MG.

9.9.2 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

9.9.3 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras



despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

9.9.4 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

9.9.5 É obrigação do município credenciante e do credenciado, o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 3.292/20223, ficando obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR sobre qualquer forma de pagamento, com base no disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/96 e na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas respectivas alterações.

10. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

10.1 O município de Pimenta/MG poderá promover o descredenciamento, em razões devidamente fundamentadas, a qualquer tempo, por:

10.1.1 fatos supervenientes ou conhecidos somente após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho;

10.1.2 não disponibilização de disponibilidade de agendamento e não execução das demandas de serviços nos prazos estabelecidos no Termo de Referência;

10.1.3 descumprimento das obrigações pelo Credenciado estando sujeito, neste caso, inclusive às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

10.2 O Credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer momento, em razões devidamente fundamentadas, mediante requerimento formal, devendo fazê-lo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.3 Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões para a tomada de decisão.

10.4 A Administração Municipal, o (a) Secretario(a) Municipal poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital, promovendo o descredenciamento de interessados.

10.5 O credenciamento, por sua natureza jurídica, não gera ao interessado qualquer direito à indenização, compensação, reembolso ou ressarcimento, seja a que título for, em razão da ausência de demanda, da não convocação para execução de serviços ou do eventual descredenciamento.



10.6 O credenciado somente fará jus ao pagamento pelos serviços **regularmente autorizados, efetivamente executados e devidamente comprovados**, até a data do descredenciamento, observadas as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e no respectivo instrumento contratual.

10.7 O descredenciamento, por qualquer motivo, não ensejará direito a lucros cessantes, danos emergentes ou qualquer outra forma de indenização, permanecendo devidos apenas os valores relativos aos serviços comprovadamente prestados e aceitos pela Administração.

11. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

11.1 Considerando a natureza contínua do credenciamento, os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital poderão ser apresentados **a qualquer tempo**, durante toda a sua vigência, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica indicada neste Edital.

11.2 Para fins de organização administrativa, os pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentados até o **último dia útil de cada mês** serão analisados no ciclo mensal subsequente, sem prejuízo da apreciação imediata em casos de relevância ou urgência.

11.3 Os pedidos deverão ser formalizados exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponível no endereço: www.licitanet.com.br, não sendo admitidos pedidos por outros meios.

11.4 A Administração responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações, podendo, quando necessário, requisitar apoio técnico ou jurídico para a adequada instrução da resposta.

11.5 As respostas serão disponibilizadas na própria plataforma eletrônica, vinculando todos os interessados e integrando os autos do processo administrativo.

11.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem o andamento do credenciamento, ressalvada a hipótese de reconhecimento de vício que comprometa sua regularidade, situação em que a Administração poderá, motivadamente, adotar as medidas cabíveis.

11.7 Acolhida a impugnação, total ou parcialmente, será promovida a devida retificação do Edital, com sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios oficiais.

11.8 Caso a alteração promovida impacte as condições de execução, remuneração ou demais cláusulas dos contratos ou termos de credenciamento em vigência, a Administração adotará as medidas necessárias à sua adequação, mediante formalização de termo aditivo ou instrumento equivalente, respeitados os princípios da legalidade, da isonomia, da segurança jurídica e da continuidade do serviço público.



11.9 Na hipótese de a alteração não ser compatível com a manutenção das condições originalmente pactuadas, poderá a Administração promover, de forma motivada, a rescisão contratual ou o descredenciamento, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo do pagamento pelos serviços regularmente executados até a data da alteração.

12. DAS OBRIGAÇÕES

12.1 As obrigações do Município Credenciante e do interessado Credenciado constam do Termo de Referência que faz parte integrante deste edital como se neste estivesse transcrito.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES⁵

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

13.2 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

13.3 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

13.5 fraudar o credenciamento;

13.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

13.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.9 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.9.1 advertência;

13.9.2 multa;

13.9.3 impedimento de licitar e contratar; e

13.9.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

⁵ **Nota explicativa:** As infrações e penalidades dispostas nesse tópico se referem ao procedimento do credenciamento, ficando no contrato os regramentos inerentes à fase de execução contratual.



13.10 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.10.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.10.2** as peculiaridades do caso concreto;
- 13.10.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.10.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 13.10.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11 A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.11.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 13.2 e 13.3, a multa será de 15% do valor do contrato.

13.11.2 Para as infrações previstas nos itens 13.4, 13.5, 13.6, 13.7 e 13.8, a multa será de 30% do valor do contrato.

13.12 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.13 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.14 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 13.2 e 13.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do poder executivo de Pimenta/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.15 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.4, 13.5, 13.6, 13.7 e 13.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, 13.2 e 13.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.16 A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 13.2 e 13.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante.

13.17 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão



composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.18 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.19 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.20 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.21 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida neste **Procedimento Auxiliar de Credenciamento** não induzirá automática celebração do Contrato, sendo esta submetida à habilitação prevista neste Edital.

14.2 Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à Prefeitura Municipal de Pimenta/MG.

14.3 O **Procedimento Auxiliar de Credenciamento** terá vigência inicial de **5 (cinco) anos**.

14.4 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: **credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de saúde, compreendendo a realização de consultas médicas especializadas, exames diagnósticos, procedimentos ambulatoriais e demais procedimentos especializados**, para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG.

14.5 Para cada exercício financeiro deverá ser elaborada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e disponibilidade financeira.

14.6 Nos caso em que couber, a Nota de Empenho da Despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.



14.7 O edital de credenciamento será divulgado e mantido à disposição do público, no site oficial do Município de Pimenta/MG e publicado na forma de extrato, no Diário Oficial do Eletrônico do Município.

14.8 O credenciamento não obriga a administração pública a contratar a totalidade do objeto estimado no edital de credenciamento.

14.9 Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. ANEXOS DO EDITAL

15.1 São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento;

Anexo III - Solicitação de Credenciamento e Declarações.

Pimenta/MG, 31 de março de 2026.

Zilaine Aparecida Lopes
Agente de Contratação



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48
Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

TERMO DE REFERÊNCIA – 017/2026
Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. OBJETO

Credenciamento de empresas para a prestação de serviços de saúde, compreendendo a realização de consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, conforme condições, quantitativos estimados e critérios estabelecidos nos instrumentos do processo.

1.1 Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITARIO – VALOR PARA CREDENCIAMENTO	TOTAL
1	Audiometria Tonal e vocal	SERVIÇOS	400	R\$ 181,94	R\$ 72.776,00
2	Consulta Angiologia	SERVIÇOS	1500	R\$ 120,13	R\$ 180.195,00
3	Consulta em Gastroenterologia	SERVIÇOS	600	R\$ 151,77	R\$ 91.062,00
4	Consulta Endocrinologia	SERVIÇOS	600	R\$ 106,25	R\$ 63.750,00
5	Consulta Mastologia	SERVIÇOS	500	R\$ 180,00	R\$ 90.000,00
6	Consulta Neurologia	SERVIÇOS	1200	R\$ 110,00	R\$ 132.000,00
7	Consulta Neurologia Infantil	SERVIÇOS	2000	R\$ 110,00	R\$ 220.000,00
8	Consulta Otorrinolaringologia	SERVIÇOS	750	R\$ 114,11	R\$ 85.582,50
9	Consulta Pneumologia	SERVIÇOS	300	R\$ 168,06	R\$ 50.418,00
10	Consulta Reumatologia	SERVIÇOS	300	R\$ 112,40	R\$ 33.720,00
11	Consulta Urologia	SERVIÇOS	1200	R\$ 104,02	R\$ 124.824,00
12	sessões de terapia ocupacional	SERVIÇOS	1500	R\$ 75,00	R\$ 112.500,00
13	sessões fonoaudiologia	SERVIÇOS	3000	R\$ 72,50	R\$ 217.500,00
14	Colonoscopia	SERVIÇOS	2000	R\$ 502,50	R\$ 1.005.000,00
15	Consulta Anestesiologia	SERVIÇOS	400	R\$ 150,50	R\$ 60.200,00
16	Consulta Cardiologia com ECG	SERVIÇOS	1800	R\$ 117,83	R\$ 212.094,00
17	Consulta Oftalmologia normal (rotina) Inclui anamnese, medição do grau (reação/autorrefrator), pressão intraocular (tonometria/soprinho), exame de fundo de olho e biomicroscopia (lâmpada de fenda) para checar estruturas internas, com duração total de cerca de 30 a 60 minutos.	SERVIÇOS	1750	R\$ 119,78	R\$ 209.615,00
18	Endoscopia digestiva alta	SERVIÇOS	1000	R\$ 188,06	R\$ 188.060,00
19	Holter 24 horas	SERVIÇOS	600	R\$ 106,50	R\$ 63.900,00
20	Mamografia Bilateral para Rastreamento	SERVIÇOS	1500	R\$ 70,00	R\$ 105.000,00
21	Monitoramento de Pressão Arterial	SERVIÇOS	600	R\$ 108,00	R\$ 64.800,00
22	Nasofibrolaringoscopia	SERVIÇOS	400	R\$ 135,45	R\$ 54.180,00
23	Polipectomia de porte maior por Colonoscopia	SERVIÇOS	250	R\$ 1.100,00	R\$ 275.000,00
24	Polipectomia de porte maior por Endoscopia	SERVIÇOS	250	R\$ 757,50	R\$ 189.375,00
25	Polipectomia de porte médio por Colonoscopia	SERVIÇOS	1000	R\$ 1.060,00	R\$ 1.060.000,00
26	Polipectomia de porte médio por Endoscopia	SERVIÇOS	250	R\$ 605,00	R\$ 151.250,00



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

27	Teste do Olhinho	SERVIÇOS	300	R\$	102,00	R\$	30.600,00
28	Teste Ergométrico	SERVIÇOS	200	R\$	120,00	R\$	24.000,00
29	Ultrassonografia de Prostata Transretal	SERVIÇOS	100	R\$	128,02	R\$	12.802,00
30	Ultrassonografia Geta Multipla com Doppler colorido : cd feto	SERVIÇOS	25	R\$	250,00	R\$	6.250,00
31	Ultrassonografia obstétrica	SERVIÇOS	600	R\$	111,50	R\$	66.900,00
32	Ultrassonografia obstétrica 1º trimestre (Endovaginal)	SERVIÇOS	400	R\$	132,54	R\$	53.016,00
33	Ultrassonografia obstétrica c/ doppler colorido	SERVIÇOS	600	R\$	366,25	R\$	219.750,00
34	Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	SERVIÇOS	600	R\$	230,00	R\$	138.000,00
35	angiografia do abdomen	SERVIÇOS	25	R\$	679,00	R\$	16.975,00
36	Angiotomografia do Tórax	SERVIÇOS	50	R\$	882,00	R\$	44.100,00
37	Biópsia de Prostata via Transretal (mais 8 fragmentos)	SERVIÇOS	40	R\$	1.200,00	R\$	48.000,00
38	Cintilografia de Miocardio p/ Avaliação da Perfusão em Situação de Repouso e Estresse (minimo 3 projeções)	SERVIÇOS	100	R\$	1.244,23	R\$	124.423,00
39	Ecocardiograma Transtorácico	SERVIÇOS	500	R\$	242,10	R\$	121.050,00
40	Eletroencefalograma	SERVIÇOS	300	R\$	94,50	R\$	28.350,00
41	Ressonância Magnética da Bacia	SERVIÇOS	50	R\$	499,22	R\$	24.961,00
42	Ressonância Magnética da Bacia com contraste	SERVIÇOS	50	R\$	584,00	R\$	29.200,00
43	Ressonância Magnética da Coluna Cervical	SERVIÇOS	50	R\$	550,00	R\$	27.500,00
44	Ressonância Magnética da Coluna cervical com contraste	SERVIÇOS	50	R\$	625,55	R\$	31.277,50
45	Ressonância Magnética da Coluna Lombar	SERVIÇOS	200	R\$	510,00	R\$	102.000,00
46	Ressonância Magnética da coluna lombar com contraste	SERVIÇOS	200	R\$	580,00	R\$	116.000,00
47	Ressonância Magnética da Coluna Lombo Sacra	SERVIÇOS	200	R\$	514,00	R\$	102.800,00
48	Ressonância Magnética da coluna lombo sacra com contraste	SERVIÇOS	200	R\$	600,00	R\$	120.000,00
49	Ressonância Magnética da Coluna Torácica	SERVIÇOS	50	R\$	539,95	R\$	26.997,50
50	Ressonância Magnética da coluna toracica com contraste	SERVIÇOS	50	R\$	619,26	R\$	30.963,00
51	Ressonância Magnética da Mão	SERVIÇOS	25	R\$	538,75	R\$	13.468,75
52	Ressonância Magnética da mao com contraste	SERVIÇOS	25	R\$	612,50	R\$	15.312,50
53	Ressonância Magnética da Perna	SERVIÇOS	25	R\$	491,25	R\$	12.281,25
54	Ressonância Magnética da perna com contraste	SERVIÇOS	25	R\$	541,50	R\$	13.537,50
55	Ressonância Magnética de abdomen superior com contraste	SERVIÇOS	100	R\$	619,50	R\$	61.950,00
56	Ressonância Magnética de Abdomen Total	SERVIÇOS	100	R\$	926,00	R\$	92.600,00



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

57	Ressonância Magnética de abdômen total com contraste	SERVIÇOS	50	R\$ 990,20	R\$ 49.510,00
58	Ressonância Magnética de Coxo Femoral	SERVIÇOS	25	R\$ 510,26	R\$ 12.756,50
59	Ressonância Magnética de de coxo femural com contraste	SERVIÇOS	25	R\$ 598,00	R\$ 14.950,00
60	Ressonância Magnética de do abdômen inferior com contraste	SERVIÇOS	100	R\$ 560,67	R\$ 56.067,00
61	Ressonância Magnética de do braço com contraste	SERVIÇOS	25	R\$ 586,25	R\$ 14.656,25
62	Ressonância Magnética de Pelve	SERVIÇOS	100	R\$ 504,50	R\$ 50.450,00
63	Ressonância Magnética de pelve com contraste	SERVIÇOS	100	R\$ 585,67	R\$ 58.567,00
64	Ressonância Magnética de Prostata via Abdominal	SERVIÇOS	25	R\$ 490,00	R\$ 12.250,00
65	Ressonância Magnética de prostata via abdominal com contraste	SERVIÇOS	25	R\$ 557,54	R\$ 13.938,50
66	Ressonância Magnética de Sela Turcica	SERVIÇOS	25	R\$ 537,50	R\$ 13.437,50
67	Ressonância Magnética de sela turcica com contraste	SERVIÇOS	25	R\$ 570,97	R\$ 14.274,25
68	Ressonância Magnética do Abdome Inferior	SERVIÇOS	100	R\$ 501,00	R\$ 50.100,00
69	Ressonância Magnética do Abdome Superior	SERVIÇOS	100	R\$ 493,50	R\$ 49.350,00
70	Ressonância Magnética do Braço	SERVIÇOS	25	R\$ 506,25	R\$ 12.656,25
71	Ressonância Magnética do Crânio / Encéfalo	SERVIÇOS	300	R\$ 518,75	R\$ 155.625,00
72	Ressonância Magnética do cranio / encefalo com contraste	SERVIÇOS	300	R\$ 593,33	R\$ 177.999,00
73	Ressonância Magnética do Joelho	SERVIÇOS	100	R\$ 497,25	R\$ 49.725,00
74	Ressonância Magnética do joelho com contraste	SERVIÇOS	100	R\$ 573,19	R\$ 57.319,00
75	Ressonância Magnética do Ombro	SERVIÇOS	100	R\$ 517,50	R\$ 51.750,00
76	Ressonância Magnética do ombro com contraste	SERVIÇOS	100	R\$ 595,33	R\$ 59.533,00
77	Ressonância Magnética do Pé	SERVIÇOS	25	R\$ 500,00	R\$ 12.500,00
78	Ressonância Magnética do pe com contraste	SERVIÇOS	25	R\$ 561,67	R\$ 14.041,75
79	Ressonância Magnética do Quadril	SERVIÇOS	100	R\$ 514,45	R\$ 51.445,00
80	Ressonância Magnética do quadril com contraste	SERVIÇOS	100	R\$ 520,00	R\$ 52.000,00
81	Ressonância Magnética do Tórax	SERVIÇOS	50	R\$ 614,70	R\$ 30.735,00
82	Ressonância Magnética do torax com contraste	SERVIÇOS	50	R\$ 738,38	R\$ 36.919,00
83	Ressonância Magnética Temporo Mandibular	SERVIÇOS	25	R\$ 497,25	R\$ 12.431,25
84	Ressonância Magnética temporo mandibular com contraste	SERVIÇOS	50	R\$ 520,00	R\$ 26.000,00
85	Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical	SERVIÇOS	50	R\$ 307,27	R\$ 15.363,50



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

86	Tomografia Computadorizada da coluna cervical com contraste	SERVIÇOS	50	R\$ 386,67	R\$ 19.333,50
87	Tomografia Computadorizada da Coluna Dorsal	SERVIÇOS	25	R\$ 292,60	R\$ 7.315,00
88	Tomografia Computadorizada da coluna dorsal com contraste	SERVIÇOS	25	R\$ 423,34	R\$ 10.583,50
89	Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar	SERVIÇOS	100	R\$ 267,90	R\$ 26.790,00
90	Tomografia Computadorizada da coluna lombar com contraste	SERVIÇOS	100	R\$ 376,88	R\$ 37.688,00
91	Tomografia Computadorizada da Pelve ou Bacia	SERVIÇOS	75	R\$ 298,65	R\$ 22.398,75
92	Tomografia Computadorizada da pelve ou da bacia com contraste	SERVIÇOS	75	R\$ 380,00	R\$ 28.500,00
93	Tomografia Computadorizada de Ossos Temporais	SERVIÇOS	50	R\$ 310,00	R\$ 15.500,00
94	Tomografia Computadorizada de ossos temporais com contraste	SERVIÇOS	50	R\$ 372,29	R\$ 18.614,50
95	Tomografia Computadorizada do Abdome inferior (bacia ou pelve)	SERVIÇOS	100	R\$ 299,50	R\$ 29.950,00
96	Tomografia Computadorizada do abdome inferior (bacia ou pelve) com contraste	SERVIÇOS	100	R\$ 392,38	R\$ 39.238,00
97	Tomografia Computadorizada do Abdomen superior	SERVIÇOS	50	R\$ 307,79	R\$ 15.389,50
98	Tomografia Computadorizada do abdomen superior com contraste	SERVIÇOS	50	R\$ 380,00	R\$ 19.000,00
99	Tomografia Computadorizada do Abdomen Total	SERVIÇOS	200	R\$ 589,28	R\$ 117.856,00
100	Tomografia Computadorizada do abdomen total com contraste	SERVIÇOS	200	R\$ 589,93	R\$ 117.986,00
101	Tomografia Computadorizada do Crânio ou Sela Turcica ou Orbitas	SERVIÇOS	300	R\$ 300,00	R\$ 90.000,00
102	Tomografia Computadorizada do cranio ou sela turcica ou orbitas com contraste	SERVIÇOS	300	R\$ 380,00	R\$ 114.000,00
103	Tomografia Computadorizada do Joelho	SERVIÇOS	25	R\$ 297,50	R\$ 7.437,50
104	Tomografia Computadorizada do joelho com contraste	SERVIÇOS	25	R\$ 365,00	R\$ 9.125,00
105	Tomografia Computadorizada do Torax	SERVIÇOS	125	R\$ 303,93	R\$ 37.991,25
106	Tomografia Computadorizada do torax com contraste	SERVIÇOS	125	R\$ 389,16	R\$ 48.645,00



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

107	Tomografia Computadorizada dos Seios da Face	SERVIÇOS	100	R\$ 302,14	R\$ 30.214,00
108	Tomografia Computadorizada dos seios da face com contraste	SERVIÇOS	100	R\$ 380,00	R\$ 38.000,00
109	Tomografia Computadorizada Lombossacra	SERVIÇOS	75	R\$ 300,00	R\$ 22.500,00
110	Tomografia Computadorizada lombossacra com contraste	SERVIÇOS	75	R\$ 386,84	R\$ 29.013,00
111	Angiotomografia Coronariana	SERVIÇOS	50	R\$ 998,00	R\$ 49.900,00
112	Angiotomografia De Aorta e Iliacas	SERVIÇOS	50	R\$ 755,00	R\$ 37.750,00
113	Uretrocistografia Miccional	SERVIÇOS	50	R\$ 320,00	R\$ 16.000,00
VALOR TOTAL				R\$9.150.934,75	

A estimativa de quantitativos foi originalmente elaborada considerando o **período de 12 (doze) meses**, com base na demanda histórica e na capacidade operacional da rede municipal. Com a definição superveniente de vigência do credenciamento pelo prazo de **5 (cinco) anos**, procedeu-se à atualização dos quantitativos mediante extrapolação linear, adotando-se como referência a média anual inicialmente prevista, multiplicada pelo período total de vigência.

Ressalta-se que os quantitativos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de consumo mínimo, estando a execução condicionada à demanda efetiva, à regulação assistencial e à disponibilidade orçamentária, podendo ser reavaliados periodicamente, especialmente por ocasião da vigência de cada Lei Orçamentária Anual. Destaca-se, que os valores estimados possuem caráter **meramente referencial**, destinando-se ao planejamento da contratação, **não representando obrigação de execução integral**, em razão da natureza variável da demanda e das formas de operacionalização do credenciamento.

O credenciamento não assegura demanda mínima, exclusividade ou direito adquirido ao faturamento dos valores estimados, sendo o pagamento devido **exclusivamente pelos serviços efetivamente autorizados pela regulação municipal, executados conforme os fluxos estabelecidos e devidamente comprovados e atestados pela fiscalização competente**, nos termos deste Termo de Referência e do edital de credenciamento.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o atendimento contínuo, oportuno e adequado às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, relacionadas à realização de consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, em conformidade com as diretrizes do Sistema de Saúde e com as necessidades assistenciais identificadas no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

A rede municipal de saúde, embora estruturada para o atendimento básico, não dispõe de capacidade instalada suficiente para absorver integralmente a demanda por atendimentos especializados, especialmente diante do crescimento das solicitações médicas, da existência de demanda reprimida e da variabilidade dos quantitativos ao longo do tempo. Tal cenário impõe à Administração Pública a adoção de solução flexível, eficiente e juridicamente segura, capaz de ampliar o acesso da população aos serviços especializados de saúde.



Nesse contexto, o modelo de **credenciamento de empresas para a prestação de serviços de saúde** revela-se o mais adequado, por permitir a habilitação de todos os prestadores que atendam aos requisitos técnicos, operacionais, jurídicos e sanitários definidos pela Administração, sem exclusividade, assegurando ampla oferta de serviços, continuidade do atendimento e maior capacidade de resposta às oscilações da demanda assistencial.

O planejamento da contratação considerou critérios técnicos e logísticos, incluindo a definição de **raios de atuação por procedimento**, com o objetivo de reduzir deslocamentos excessivos dos pacientes, proporcionar maior conforto e segurança aos usuários do sistema de saúde e otimizar os custos indiretos relacionados ao transporte sanitário municipal, resultando em ganhos tanto na esfera assistencial quanto administrativa.

Adicionalmente, a contratação por credenciamento contribui para o fortalecimento da rede municipal de saúde, promove a descentralização da oferta de serviços, amplia a cobertura assistencial e possibilita a distribuição isonômica da demanda entre os prestadores habilitados, em consonância com os fluxos de regulação estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Assim, a contratação proposta mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, visando assegurar atendimento especializado à população, com eficiência, economicidade, qualidade e observância integral da legislação vigente.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

Conforme demonstrado no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, a presente demanda refere-se à **prestação de serviços de saúde**, compreendendo a realização de **consultas médicas especializadas e exames diagnósticos**, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG.

Trata-se de objeto de **natureza continuada**, com **demanda variável**, passível de execução por **múltiplos prestadores**, em que não se revela adequada a seleção de apenas um fornecedor, mas sim a ampliação da rede assistencial, assegurando maior acesso da população aos serviços de saúde.

Nesse contexto, resta caracterizada a **inviabilidade de competição**, fundamento jurídico da **inexigibilidade de licitação**, nos termos do **art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021**, que assim dispõe:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

IV - Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;”

A inviabilidade de competição, no presente caso, **não decorre de exclusividade**, mas da própria **natureza do objeto**, que comporta a contratação simultânea de todos os interessados que atendam às condições previamente estabelecidas pela Administração Pública, em modelo **não excludente**.

3.1 Da Inexigibilidade de Licitação:



A Lei nº 14.133/2021 prevê expressamente o **credenciamento** como procedimento auxiliar das contratações públicas, conforme dispõe o **art. 78**, in verbis:

“Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

(...)

I – credenciamento;”

O **art. 79 da Lei nº 14.133/2021** disciplina as hipóteses de utilização do credenciamento, destacando-se, para o presente caso, a modalidade **paralela e não excludente**, nos seguintes termos:

“Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

(...)

I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;”

O objeto deste Termo de Referência enquadra-se perfeitamente nessa hipótese, uma vez que a Administração Pública **pretende credenciar todos os prestadores de serviços de saúde que atendam aos requisitos técnicos, jurídicos, operacionais e sanitários definidos**, permitindo contratações simultâneas, sem exclusividade e sem limitação prévia do número de credenciados.

O credenciamento, enquanto procedimento auxiliar, não se confunde com modalidade licitatória, mas constitui forma legítima de contratação direta quando presentes as hipóteses legais e demonstrada a inviabilidade de competição, conforme entendimento consolidado dos Tribunais de Contas.

3.2 Forma de Contratação

Diante do exposto, a contratação será realizada por meio de **credenciamento**, como **procedimento auxiliar da inexigibilidade de licitação**, precedido de **edital de chamamento público**, nos termos dos arts. 74, 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021.

O credenciamento permanecerá **aberto durante toda a sua vigência**, possibilitando o cadastramento permanente de novos interessados, desde que atendidas as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

A execução dos serviços ocorrerá de forma **paralela e não excludente**, com a distribuição da demanda regulada pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se critérios objetivos, os fluxos de regulação assistencial e os **raios de atuação definidos para cada procedimento**, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

Ressalta-se que o credenciamento **não gera direito subjetivo à execução mínima ou contínua dos serviços**, tampouco obrigação de contratação por parte da Administração, estando a prestação condicionada à demanda efetiva, à disponibilidade orçamentária e ao interesse público, em estrita observância à legislação vigente.

4 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na instauração de procedimento de credenciamento de empresas para a prestação de serviços especializados em saúde, abrangendo a realização



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

de consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG.

O credenciamento foi definido como a solução mais adequada diante da natureza contínua, variável e descentralizada da demanda assistencial, da diversidade de procedimentos envolvidos e da necessidade de ampliação e fortalecimento da rede de prestadores, garantindo acesso oportuno, qualidade assistencial e observância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente a universalidade, a integralidade e a equidade.

O modelo de credenciamento adotado encontra amparo expresso na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 79, que autoriza a utilização do credenciamento quando a Administração Pública necessitar contratar todos os interessados que atendam às condições previamente estabelecidas, sendo inviável a competição pela natureza do objeto ou pela necessidade de atendimento contínuo e descentralizado.

Nos termos do art. 79, inciso I, o credenciamento mostra-se adequado para a contratação de serviços em que a demanda é variável e distribuída ao longo do tempo, como ocorre nos serviços especializados de saúde, permitindo a formação de rede ampliada de prestadores aptos a atender às necessidades assistenciais da população.

A solução contempla todo o ciclo de vida do objeto, iniciando-se na fase de planejamento, com a identificação da demanda assistencial, levantamento de série histórica, saneamento técnico dos procedimentos, definição de quantitativos estimados, valores referenciais e delimitação dos raios de atuação, passando pela fase de chamamento público, habilitação e credenciamento dos prestadores que atendam integralmente aos requisitos técnicos, jurídicos, operacionais e sanitários, até as fases de execução, fiscalização, monitoramento e encerramento das contratações.

A solução foi estruturada em consonância com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da isonomia, da competitividade e do interesse público, bem como com o dever de adoção de soluções que assegurem a adequada prestação do serviço público essencial de saúde.

No âmbito da definição da solução, o credenciamento foi **delimitado à participação de pessoas jurídicas**, por critérios de natureza **jurídica, fiscal e administrativa**, especialmente em razão da necessidade de afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, obrigatória nas contratações de pessoas físicas pela Administração Pública, nos termos da legislação previdenciária vigente.

A eventual contratação de pessoas físicas para a prestação de serviços especializados implicaria o recolhimento da contribuição previdenciária patronal, com repercussão direta e relevante nos custos da contratação, impactando negativamente a economicidade, a previsibilidade orçamentária e a eficiência administrativa ao longo do ciclo de vida do objeto.

Ao restringir o credenciamento às pessoas jurídicas, a Administração promove maior racionalização dos encargos incidentes, melhor controle administrativo, maior previsibilidade financeira e gestão mais eficiente dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que tal delimitação **não configura restrição indevida à competitividade**, uma vez que permanece assegurada a ampla participação de interessados que atendam aos



requisitos estabelecidos no edital, sendo facultado aos profissionais a organização sob a forma empresarial, conforme a legislação civil, tributária e societária vigente. A medida revela-se proporcional, razoável e alinhada ao interesse público, não havendo afronta aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

Na fase de execução, os serviços serão prestados de forma não exclusiva, conforme a necessidade efetiva identificada pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os critérios de regulação assistencial, os fluxos de encaminhamento, a priorização clínica e os raios máximos de atuação definidos para cada grupo de procedimentos, os quais foram estabelecidos com base em critérios técnicos, assistenciais, logísticos e econômicos, considerando o conforto do paciente, a viabilidade operacional, a economicidade e a eficiência administrativa.

A definição dos raios máximos de atuação observa, ainda, o disposto no art. 18, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021, ao estar fundamentada em Estudo Técnico Preliminar que avaliou a necessidade administrativa, a viabilidade logística, os impactos assistenciais e os custos envolvidos, adotando critérios proporcionais e razoáveis, sem configurar restrição indevida à competitividade, mas como instrumento legítimo de eficiência assistencial e administrativa.

4.1. Classificação dos Procedimentos e Forma de Execução

Para fins de organização da execução e racionalização do atendimento, os procedimentos foram agrupados da seguinte forma:

- **Itens 01 ao 13:** Procedimentos definidos para **execução in loco**, no próprio Município de Pimenta/MG, em **Unidades Básicas de Saúde – UBSs ou outros espaços de saúde indicados pela Administração**, considerando a natureza dos atendimentos, que são de menor complexidade. Essa estratégia visa proporcionar maior facilidade, comodidade e acessibilidade aos usuários do sistema de saúde, permitindo que os atendimentos ocorram próximos ao domicílio dos pacientes, evitando deslocamentos prolongados para outros municípios, os quais podem gerar ônus físico, emocional e financeiro tanto ao paciente quanto à Administração Pública. A priorização do atendimento local contribui para a ampliação do acesso, a racionalização dos recursos públicos e a melhoria das condições de assistência à população.
- **Itens 14 ao 34:** Procedimentos passíveis de execução fora do Município, com **raio máximo de atuação de até 45 km**, compatível com deslocamentos de curta distância, baixo impacto logístico, menor tempo de deslocamento e maior conforto aos pacientes, especialmente para atendimentos ambulatoriais e exames de média complexidade, assegurando acesso rápido e eficiente aos serviços, sem prejuízo à continuidade do cuidado.
- **Itens 35 ao 110:** Procedimentos enquadrados em **raio máximo de atuação de até 115 km**, considerando a maior complexidade técnica, a menor oferta local e microrregional desses serviços e a necessidade de ampliação da rede regional de prestadores, de modo a assegurar a realização dos atendimentos dentro de prazos clínicos adequados, mantendo padrões técnicos e assistenciais compatíveis com as diretrizes do sistema de saúde.
- **Demais itens:** Procedimentos cuja natureza técnica e assistencial justifica a definição de **raios de até 230 km**, em razão do alto grau de especialização envolvido, da inexistência ou insuficiência de oferta regional, da concentração desses serviços em centros de referência e da necessidade de acesso a estruturas, equipamentos e



equipes altamente especializadas, garantindo a integralidade da assistência e a resolutividade dos atendimentos.

4.2. Gestão, Fiscalização e Monitoramento

A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual observarão o disposto nos **arts. 117 e 174 da Lei nº 14.133/2021**, assegurando o controle da qualidade dos serviços, a correta aplicação dos recursos públicos e a avaliação contínua dos resultados assistenciais, em especial quanto à efetividade do atendimento prestado aos usuários do sistema de saúde.

A gestão do credenciamento compreenderá, de forma integrada:

- a regulação, agendamento e distribuição isonômica da demanda entre os prestadores credenciados;
- o acompanhamento da execução dos serviços;
- a fiscalização técnica, administrativa e assistencial;
- o controle quantitativo e financeiro das autorizações realizadas;
- a avaliação contínua da qualidade dos serviços prestados e dos resultados assistenciais alcançados.

Durante toda a vigência do credenciamento, será permitida a **adesão de novos prestadores**, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no edital, garantindo a manutenção e eventual ampliação da rede assistencial, de forma a absorver variações da demanda e mitigar riscos de descontinuidade do atendimento. Ressalta-se que o credenciamento não gera qualquer forma de exclusividade, em conformidade com o **art. 79, caput**, da Lei nº 14.133/2021, permanecendo o procedimento aberto durante toda a sua vigência, de modo a permitir a adesão contínua de novos prestadores que atendam aos requisitos estabelecidos, fortalecendo a competitividade, ampliando a rede assistencial e mitigando riscos de insuficiência de oferta.

Ressalta-se que a solução proposta **não demanda investimentos estruturais relevantes por parte da Administração Pública**, uma vez que, com exceção dos procedimentos executados in loco (itens 01 a 13), os serviços serão realizados nas dependências próprias dos prestadores credenciados, devidamente habilitados e em conformidade com a legislação sanitária vigente.

4.3. Resultados Esperados

Como resultados esperados, a solução proporcionará:

- ampliação do acesso da população aos serviços especializados de saúde;
- redução do tempo de espera para consultas e exames;
- diminuição de deslocamentos excessivos dos pacientes;
- maior eficiência na utilização dos recursos públicos;
- fortalecimento da capacidade de gestão, regulação e fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, o credenciamento configura-se como **solução técnica, administrativa e juridicamente adequada**, assegurando a continuidade, a qualidade e a eficiência da prestação dos serviços de saúde ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, em consonância com os princípios da Administração Pública e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Dessa forma, o credenciamento configura-se como solução técnica, administrativa e juridicamente adequada, devidamente fundamentada nos **arts. 5º, 18, 79, 117 e 174 da Lei nº 14.133/2021**, assegurando a continuidade, a qualidade, a eficiência e a ampliação dos



serviços especializados de saúde ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, em estrita observância aos princípios do Sistema Único de Saúde – SUS e aos deveres de planejamento e gestão responsável da Administração Pública.

5 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A definição dos requisitos da contratação é essencial para assegurar que o procedimento de credenciamento de empresas para a prestação de serviços especializados em saúde atenda, de forma eficaz, segura e contínua, às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, garantindo a qualidade assistencial, a integralidade do cuidado, a eficiência administrativa e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência têm por finalidade assegurar que os prestadores credenciados possuam capacidade **técnica, operacional, assistencial, jurídica, econômico-financeira e sanitária** compatível com a natureza dos serviços a serem executados, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, com a legislação sanitária vigente, com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e com os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade, eficiência e interesse público.

Poderão se credenciar pessoas jurídicas legalmente habilitadas, que comprovem o atendimento integral aos requisitos de habilitação **jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica e sanitária**, nos termos definidos no edital de credenciamento e neste Termo de Referência.

5.1. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO E DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no procedimento de credenciamento, os interessados deverão apresentar, na forma, prazos e condições definidos no edital, a documentação comprobatória de sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira, técnica, operacional e sanitária, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

A documentação mínima exigida para o credenciamento compreenderá, sem prejuízo de outras previstas no edital:

I – **Habilitação Jurídica:** Ato constitutivo, contrato social ou estatuto devidamente registrado, com objeto social compatível com os serviços pretendidos.

II – **Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária:** Certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, na forma da legislação vigente.

III – **Qualificação Técnica e Profissional:**

- a) Atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto;
- b) Indicação de responsável técnico;
- c) Registro ativo no respectivo conselho profissional;
- d) Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) para médicos especialistas, quando aplicável aos serviços ofertados.

IV – **Regularidade Sanitária e Operacional**, conforme a natureza da prestação:

5.1.1. Habilitação de Serviços Executados In Loco (nas dependências do Município)

Para consultas e procedimentos realizados em unidades sob responsabilidade sanitária do Município:



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

- Fica dispensada a apresentação de Alvará Sanitário próprio do prestador para o local da execução;
- Permanece obrigatória a comprovação de habilitação profissional, registro ativo no conselho de classe e RQE correspondente, quando aplicável;
- Devem ser observadas todas as normas sanitárias, técnicas e assistenciais aplicáveis ao procedimento executado.

5.1.2. Habilitação de Serviços Executados em Estabelecimento do Credenciado

Para exames e procedimentos realizados em sede própria ou de terceiros, será obrigatória a apresentação de:

- a) **Alvará Sanitário vigente**, contemplando as atividades exercidas (radiologia, endoscopia, medicina nuclear, consultas especializadas, entre outras);
- b) **Espelho atualizado do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)**, contendo a relação de equipamentos e profissionais vinculados;
- c) **Certificado de Regularidade Técnica (CRT)** emitido pelo conselho competente;

5.1.3. Para execução dos serviços em Estabelecimento do Credenciado

Para a execução de exames e procedimentos realizados em estabelecimento próprio ou de terceiros, o prestador credenciado deverá, **previamente ao início da execução de cada tipo de serviço**, comprovar a regularidade de sua estrutura técnica e sanitária, mediante apresentação da documentação específica relacionada aos equipamentos e tecnologias utilizados nos procedimentos para os quais se habilitou.

A exigência prevista neste item não constitui requisito para fins de credenciamento inicial, mas **condição obrigatória para a efetiva execução dos serviços**, podendo ser verificada a qualquer tempo pela Administração, inclusive para fins de fiscalização, validação e pagamento.

Para tanto, deverão ser apresentados, conforme a natureza do procedimento:

- a) **Laudos Radiométricos e Testes de Constância**, para exames com radiação ionizante (Raio-X, Tomografia, Mamografia, Densitometria), nos termos da RDC 611/2022;
- b) **Autorização de Operação expedida pela CNEN**, com aprovação do Plano de Proteção Radiológica e indicação de Supervisor de Radioproteção, para procedimentos de medicina nuclear, como a **Cintilografia de Miocárdio (item 38)**;
- c) **Comprovação de conformidade com a RDC 06/2013**, para Endoscopia e Colonoscopia, incluindo protocolos de reprocessamento de instrumental e controle de desinfecção;
- d) **Laudo de Blindagem da Sala (Gaiola de Faraday)** e plano de segurança contra campo magnético, para Ressonância Magnética;

A ausência de apresentação da documentação exigida neste item impedirá o início ou a continuidade da execução do respectivo serviço, sem prejuízo da suspensão de



encaminhamentos, glosa de procedimentos eventualmente realizados e demais medidas administrativas cabíveis.

Parágrafo Único – Da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)

A Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA, não será exigida para o presente credenciamento, visto que o objeto trata da prestação de serviços de assistência à saúde e diagnóstico, cuja regularidade sanitária é comprovada mediante a apresentação de Alvará/Licença Sanitária vigente, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal, em observância à Lei Federal nº 6.360/1976 e ao Decreto nº 8.077/2013, os quais dispõem que a obrigatoriedade de AFE recai sobre empresas que fabricam, importam, exportam, distribuem ou comercializam produtos sob vigilância sanitária. Para estabelecimentos de assistência à saúde que realizam exames e consultas, a regularidade é comprovada exclusivamente pelo Alvará Sanitário, expedido pelo órgão local, que atesta as condições operacionais e técnicas para a prestação dos serviços elencados.

6 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á por meio de **credenciamento de empresas aptas à prestação de serviços especializados em saúde**, compreendendo consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, a serem executados de forma **paralela, não exclusiva e não excludente**, conforme a demanda efetiva da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta, nos termos dos **arts. 78 e 79 da Lei nº 14.133/2021**.

O modelo de execução adotado é **flexível, contínuo e regulado**, compatível com a natureza **variável, imprevisível e dinâmica** da demanda assistencial, não gerando obrigatoriedade de contratação mínima, exclusividade ou garantia de demanda fixa aos prestadores credenciados, preservando-se, em todos os casos, os princípios da **isonomia, impessoalidade, eficiência e interesse público**.

6.1 – Forma de Execução dos Serviços

A prestação dos serviços ocorrerá mediante as seguintes etapas operacionais:

1. **Habilitação e credenciamento prévio** dos interessados que atendam integralmente aos requisitos técnicos, jurídicos, sanitários e operacionais estabelecidos no edital e neste Termo de Referência;
2. **Encaminhamento dos pacientes pela Secretaria Municipal de Saúde**, por meio de seus fluxos formais de regulação, observando-se, cumulativamente:
 - a especialidade ou procedimento demandado;
 - a disponibilidade do prestador credenciado;
 - os raios de atuação definidos para cada grupo de procedimentos;
 - a ordem de prioridade clínica e assistencial estabelecida pela regulação;
3. **Execução dos atendimentos pelo prestador credenciado**, em suas instalações próprias regularmente habilitadas ou, quando aplicável, **em local designado pela Administração Municipal**, respeitadas integralmente as normas técnicas, sanitárias, éticas e assistenciais vigentes;
4. **Registro, comprovação, validação e faturamento** exclusivamente dos serviços efetivamente realizados, conforme autorizações emitidas e procedimentos administrativos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.



5. O atendimento deverá ocorrer no prazo **máximo de até 40 (quarenta) dias**, contados da autorização emitida pela regulação municipal, salvo nos casos de prioridade clínica devidamente classificada, hipótese em que prevalecerá o prazo definido pela avaliação técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 – Organização da Execução por Raios de Atuação

Para fins de organização operacional, racionalização logística, conforto do paciente e economicidade administrativa, os procedimentos foram saneados e distribuídos por **raios máximos de atuação**, definidos com base em estudos técnicos realizados na fase de planejamento:

- **Itens 01 ao 13:** procedimentos com **execução preferencial in loco**, no próprio Município, em unidades de saúde indicadas pela Administração;
- **Itens 14 ao 34:** procedimentos com **raio máximo de atuação de até 45 km**;
- **Itens 35 ao 110:** procedimentos com **raio máximo de atuação de até 115 km**;
- **Demais itens:** procedimentos cuja complexidade técnica justifica **raio de atuação superior**, podendo alcançar até 230 km, quando não houver oferta regional suficiente.

Os raios de atuação definidos consideram, de forma integrada:

- a ampliação do acesso da população aos serviços especializados;
- a existência de número adequado de prestadores aptos ao credenciamento;
- a redução de deslocamentos excessivos e do tempo de espera dos usuários;
- a otimização dos custos com transporte sanitário e logística assistencial;
- a garantia de atendimento dentro de prazos clinicamente adequados, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

6.3 – Regulação, Distribuição da Demanda e Continuidade do Cuidado

A execução dos serviços observará rigorosamente os **critérios de regulação assistencial**, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde:

1. organizar e priorizar os atendimentos conforme avaliação clínica, gravidade, risco e urgência;
2. assegurar a **distribuição isonômica da demanda** entre os prestadores credenciados, sempre que houver equivalência técnica e operacional;
3. respeitar, sempre que possível, a **continuidade do cuidado**, garantindo que os retornos, reavaliações e acompanhamentos sejam realizados pelo **mesmo prestador** que efetuou o atendimento inicial;
4. redirecionar o atendimento para outro prestador credenciado quando não houver disponibilidade dentro dos prazos assistenciais definidos.
5. Caso o prestador não possua disponibilidade para atendimento dentro do prazo máximo estabelecido, deverá comunicar formalmente à regulação municipal, permitindo o redirecionamento do paciente a outro credenciado, vedada a retenção indevida da demanda.

6.4 – Controle, Fiscalização e Monitoramento da Execução

A execução dos serviços será permanentemente acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde, a quem compete:

- regular o acesso dos pacientes aos serviços credenciados;



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

- fiscalizar a conformidade técnica, sanitária e assistencial dos atendimentos;
- controlar quantitativos executados, autorizações emitidas e valores faturados;
- monitorar indicadores de qualidade, prazos de atendimento e resolutividade;
- adotar medidas corretivas, aplicar sanções administrativas ou proceder ao descredenciamento, quando cabível, observados o contraditório e a ampla defesa.

6.5 – Condições Gerais de Execução

1. O credenciamento permanecerá **aberto durante toda a sua vigência**, permitindo a adesão contínua de novos prestadores.
2. A execução dos serviços ocorrerá **exclusivamente sob demanda**, não havendo obrigação de contratação mínima.
3. Os quantitativos estimados possuem **caráter meramente referencial**, destinados exclusivamente ao planejamento.
4. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com os **protocolos clínicos, normas técnicas vigentes e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde**.

6.6 Do Registro, Retorno Assistencial e Controle dos Atendimentos

Após o encaminhamento do paciente pela regulação municipal, com base na guia médica emitida pelo profissional solicitante e na definição de prioridade clínica, o atendimento será realizado pelo prestador credenciado conforme a especialidade ou procedimento autorizado.

Concluído o atendimento (consulta, exame ou retorno), o prestador credenciado deverá **registrar formalmente a execução do serviço**, mediante a devolução à Secretaria Municipal de Saúde, por meio do setor de regulação e gestão do credenciamento, da respectiva **guia de atendimento ou documento equivalente**, devidamente preenchido, contendo, no mínimo:

- a) identificação do paciente;
- b) identificação do profissional responsável pelo atendimento;
- c) data e local da realização da consulta ou exame;
- d) contra referência do atendimento prestado;
- e) informações clínicas pertinentes ao atendimento, quando cabível;
- f) indicação expressa de comparecimento ou não comparecimento do paciente.

O referido registro tem por finalidade:

- I – comprovar a efetiva realização do atendimento autorizado;
- II – subsidiar o controle administrativo e assistencial da Secretaria Municipal de Saúde;
- III – permitir a conferência e validação dos serviços para fins de pagamento;
- IV – possibilitar o monitoramento de faltas, absenteísmo e não comparecimento dos pacientes;
- V – viabilizar o acompanhamento de eventuais retornos médicos, quando clinicamente indicados;
- VI – fornecer dados para o planejamento, avaliação e aprimoramento da rede assistencial.

Nos casos de **não comparecimento do paciente**, o prestador credenciado deverá comunicar formalmente o fato à regulação municipal, para fins de controle, reprogramação da demanda e eventual redirecionamento do atendimento a outro paciente da lista de prioridade.

Os **retornos clínicos**, quando necessários e devidamente indicados pelo profissional responsável, deverão ser registrados e comunicados à regulação municipal, observados os



fluxos assistenciais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitando-se, sempre que possível, a continuidade do atendimento com o mesmo prestador credenciado.

A ausência do registro de atendimento, do retorno das informações assistenciais ou da comunicação formal de não comparecimento do paciente **impedirá o faturamento do serviço**, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.

6.7 – Resultado Esperado do Modelo de Execução

O modelo de execução adotado assegura:

- maior agilidade e previsibilidade no atendimento;
- ampliação e fortalecimento da rede assistencial;
- flexibilidade administrativa e regulatória;
- uso eficiente e racional dos recursos públicos;
- continuidade, qualidade e integralidade da assistência à saúde da população.

6.8 – Dos Prazos para Entrega de Resultados e Laudos

1. Os laudos de exames diagnósticos deverão ser disponibilizados em prazo compatível com a continuidade do tratamento, não podendo ultrapassar 10 (dez) dias úteis, salvo nos casos que demandem análise anatomopatológica, biópsias ou exames de maior complexidade técnica, devidamente justificados.
2. Os laudos deverão conter identificação do profissional responsável, número de registro no conselho de classe e assinatura física ou eletrônica válida.
3. A ausência de laudo ou entrega fora do prazo poderá ensejar glosa do procedimento, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

6.9 – Dos Procedimentos com Risco Assistencial ou Uso de Radiação

1. Os procedimentos que envolvam radiação ionizante, medicina nuclear ou intervenções invasivas deverão observar integralmente as normas sanitárias e de segurança vigentes.
2. O prestador é integralmente responsável pela estrutura necessária à realização segura do procedimento, incluindo:
 - equipe habilitada;
 - equipamentos de emergência;
 - medicamentos adequados;
 - protocolos de intercorrência;
3. A responsabilidade por intercorrências clínicas ocorridas durante o atendimento é exclusiva do prestador credenciado.
4. Para procedimentos de medicina nuclear, deverá ser mantida válida a autorização da CNEN e o Plano de Proteção Radiológica.
5. Para exames com radiação ionizante, deverão estar vigentes os laudos de radioproteção e testes de constância.

6.10 – Do Faturamento, Conferência e Pagamento



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

1. O faturamento ocorrerá exclusivamente com base nos serviços efetivamente realizados e devidamente autorizados pela regulação municipal.
2. Até o primeiro dia útil do mês subsequente, o prestador deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde a consolidação dos atendimentos realizados no mês anterior, acompanhada das guias devidamente registradas.
3. A Administração procederá à conferência, validação e eventual glosa dos procedimentos inconsistentes.
4. O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a validação da documentação.
5. A ausência de comprovação formal da execução impedirá o pagamento do respectivo procedimento.

7 DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os valores estimados e os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem **caráter meramente estimativo**, tendo sido definidos exclusivamente para fins de planejamento, previsão orçamentária, dimensionamento da demanda e instrução do processo administrativo de credenciamento.

O credenciamento **não gera à Administração Pública qualquer obrigação de contratação mínima, de exclusividade ou de pagamento integral dos valores estimados**, tampouco direito subjetivo dos credenciados à execução total ou parcial dos quantitativos previstos.

A habilitação no credenciamento **não gera expectativa de faturamento**, direito adquirido ou garantia de encaminhamentos, ficando a efetiva utilização dos serviços condicionada exclusivamente à demanda assistencial, à regulação municipal, à disponibilidade orçamentária e à conveniência administrativa, em observância ao interesse público.

O pagamento somente será devido **pelos serviços efetivamente executados**, previamente autorizados pela regulação municipal, realizados em conformidade com os procedimentos, valores e condições estabelecidos na planilha de referência e **devidamente comprovados, validados e atestados pela fiscalização competente**.

A execução contratual observará integralmente as normas sanitárias federais, estaduais e municipais aplicáveis a cada tipo de procedimento, incluindo, quando cabível, exigências relativas à radioproteção, medicina nuclear, controle de resíduos de serviços de saúde, segurança do paciente e demais requisitos técnicos específicos da atividade exercida.

7.1. Forma de Execução

Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados pelos prestadores devidamente credenciados, nos exatos termos e condições estabelecidos neste instrumento, no edital de credenciamento e nos demais documentos que integram o processo administrativo.

A execução ocorrerá de forma **paralela, não exclusiva e sob demanda**, conforme a necessidade efetiva da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, observados, obrigatoriamente, os **fluxos de regulação assistencial**, os **critérios técnicos**, as **prioridades clínicas** e os **raios de atuação definidos** para cada grupo de procedimentos.

O credenciamento **não implica garantia de demanda, exclusividade ou obrigatoriedade de contratação mínima**, preservando-se, em todos os casos, os princípios da **isonomia**,



impessoalidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Condições de Prestação dos Serviços

Os serviços de saúde deverão ser prestados por profissionais legalmente habilitados, com registro ativo e regular em seus respectivos conselhos de classe, observando-se:

- a) as normas técnicas, científicas e éticas aplicáveis a cada especialidade ou procedimento;
- b) os protocolos clínicos, diretrizes assistenciais e fluxos definidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pela Secretaria Municipal de Saúde;
- c) as normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas expedidas pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**;
- d) as condições assistenciais, operacionais e administrativas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os atendimentos serão realizados:

- nas dependências próprias dos prestadores credenciados, devidamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes; ou
- no próprio Município, para os procedimentos definidos como **execução in loco**, em unidades de saúde indicadas pela Administração Municipal, conforme a natureza do serviço e o planejamento assistencial.

Nos procedimentos que envolvam uso de radiação ionizante ou radiofármacos, o prestador será integralmente responsável pela estrutura física, equipe habilitada, equipamentos de emergência, protocolos de intercorrência e suporte assistencial necessários à realização segura do atendimento, respondendo civil, administrativa e eticamente por eventuais eventos adversos decorrentes da execução.

7.3. Prazos, Regulação, Distribuição da Demanda e Prioridade Assistencial

Com vistas à organização da assistência, à previsibilidade dos atendimentos, ao controle administrativo e à adequada regulação da demanda, ficam estabelecidas as seguintes regras operacionais:

1. O prestador credenciado deverá **disponibilizar sua agenda de atendimentos no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis**, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde ou pelo setor de regulação;
2. O atendimento do paciente deverá ocorrer no **prazo máximo de até 40 (quarenta) dias**, contados a partir da autorização e encaminhamento realizados pela regulação municipal, ressalvados os casos de prioridade clínica, urgência ou situações devidamente justificadas;
3. Caso o prestador não possua disponibilidade para atendimento dentro do prazo estabelecido, o **agendamento do paciente poderá ser automaticamente redirecionado** para o próximo prestador credenciado apto, observada a ordem regulatória e assegurada a **distribuição isonômica** da demanda entre os credenciados;
4. A distribuição da demanda observará **critérios objetivos, impessoais e isonômicos**, considerando, cumulativamente, a capacidade operacional, a



disponibilidade de agenda, os raios de atuação definidos e as prioridades clínicas estabelecidas pela regulação;

5. Sempre que tecnicamente possível e clinicamente indicado, os **retornos, acompanhamentos e reavaliações** deverão ser realizados **pelo mesmo prestador que efetuou o atendimento inicial**, de modo a assegurar a continuidade do cuidado, a integralidade da assistência e a qualidade dos serviços prestados;
6. A regulação municipal manterá **lista organizada de prioridades clínicas**, podendo estabelecer ordem diferenciada para determinados procedimentos, exames ou consultas, considerando critérios de urgência, risco, gravidade e impacto assistencial, prevalecendo tais critérios sobre a ordem cronológica de solicitação.

7.3.1. Prazo para Entrega de Laudos e Resultados

1. Os laudos de exames diagnósticos deverão ser disponibilizados em prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, salvo nos casos de biópsias, exames anatomopatológicos ou procedimentos de maior complexidade técnica que demandem prazo superior, devidamente justificado.
2. Os laudos deverão conter identificação do profissional responsável, número de registro no respectivo conselho de classe e assinatura válida.
3. A entrega intempestiva ou a ausência de laudo poderá ensejar glosa administrativa do procedimento.

7.4. Registro do Atendimento, Controle Assistencial e Lastro para Pagamento

1. Após a realização da consulta ou retorno, exame ou procedimento, o prestador credenciado deverá **encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde e ao setor de regulação** a respectiva **guia de atendimento devidamente preenchida**, contendo, no mínimo:
 - a) identificação do paciente;
 - b) identificação do profissional responsável pelo atendimento;
 - c) data e local da realização da consulta ou exame;
 - d) contra referência do atendimento prestado;
 - e) informações clínicas pertinentes ao atendimento, quando cabível;
 - f) indicação expressa de comparecimento ou não comparecimento do paciente.
2. O envio da guia de atendimento constitui **condição essencial para o controle assistencial, a gestão da fila regulatória, o acompanhamento dos retornos e a validação do faturamento**, servindo como documento comprobatório da efetiva prestação do serviço;
3. O registro de **faltas injustificadas dos pacientes** deverá ser informado pelo prestador, permitindo à Administração a adequada gestão das agendas, a reorganização da demanda e o controle de possíveis reagendamentos;
4. Somente serão considerados aptos ao pagamento os serviços **previamente autorizados pela regulação, efetivamente executados e devidamente comprovados** por meio da documentação exigida.
5. A ausência de documentação comprobatória, divergências entre guia autorizada e procedimento executado, rasuras, informações incompletas ou inconsistências



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

administrativas poderão ensejar glosa parcial ou total do faturamento, mediante comunicação formal ao prestador.

6. O prestador terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentar esclarecimentos ou documentação complementar, sob pena de manutenção definitiva da glosa.

7.4.1. Do Faturamento Mensal

1. O faturamento deverá ser apresentado mensalmente, até o primeiro dia útil do mês subsequente à execução, acompanhado da consolidação dos atendimentos realizados.
2. A Administração procederá à conferência técnica e administrativa, podendo realizar auditoria prévia ao pagamento.
3. O pagamento será efetuado somente após validação e atesto formal da fiscalização competente.

7.5. Requisitos Mínimos para Execução

1. São requisitos mínimos e indispensáveis para a execução dos serviços, além do atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021:
2. comprovação de habilitação legal, técnica e sanitária do prestador para os procedimentos para os quais se credenciar;
3. comprovação de regularidade junto aos conselhos profissionais competentes, quando aplicável;
4. comprovação de capacidade técnico-operacional compatível com os serviços a serem executados;
5. manutenção, durante toda a vigência do credenciamento, das condições de habilitação exigidas;
6. cumprimento integral dos fluxos de regulação, encaminhamento, execução, registro, faturamento, controle e fiscalização definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.
7. manutenção atualizada de laudos de calibração, manutenção preventiva e controle de qualidade dos equipamentos utilizados, quando aplicável;
8. manutenção de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), para procedimentos que gerem resíduos infectantes ou perfurocortantes;
9. observância da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), garantindo sigilo e proteção dos dados pessoais e sensíveis dos pacientes.

7.6. Natureza da Contratação, Fiscalização e Responsabilidade

O credenciamento **não gera vínculo empregatício, exclusividade, subordinação hierárquica ou obrigação de demanda mínima** entre a Administração Pública e os prestadores credenciados.

O prestador responde integralmente por danos causados aos usuários, decorrentes de erro técnico, falha assistencial, negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade ética perante os respectivos conselhos profissionais.



A interrupção injustificada da prestação dos serviços, a recusa reiterada de atendimentos autorizados ou o descumprimento sistemático dos prazos estabelecidos poderá ensejar suspensão de novos encaminhamentos, aplicação de penalidades ou descredenciamento.

Os quantitativos previstos possuem caráter **meramente estimativo**, sendo os pagamentos devidos exclusivamente pelos serviços **efetivamente realizados, autorizados e comprovados**.

A execução dos serviços estará sujeita à **fiscalização técnica e administrativa permanente**, podendo a Administração:

- solicitar informações e documentos;
- realizar auditorias e verificações in loco;
- adotar medidas corretivas;
- aplicar sanções administrativas ou proceder ao descredenciamento, quando cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.7. Da Perda de Regularidade Documental

A perda de validade de alvarás, licenças, registros profissionais ou demais documentos obrigatórios durante a vigência do credenciamento implicará suspensão automática de novos encaminhamentos até a regularização, sem prejuízo da apuração de responsabilidade administrativa.

7.8. Do Reequilíbrio Econômico

Eventual pedido de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente fundamentado, instruído com documentação comprobatória idônea, e será analisado nos termos da Lei nº 14.133/2021, não sendo admitida revisão automática ou reajuste por mera alegação de aumento de custos operacionais.

8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao Município de Pimenta/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito da execução do credenciamento:

1. Promover a **regulação assistencial**, o encaminhamento e a **autorização prévia** dos atendimentos aos prestadores devidamente credenciados, de acordo com a demanda existente, os critérios clínicos, as prioridades assistenciais, os protocolos estabelecidos e os fluxos definidos pela rede municipal de saúde;
2. Realizar o **acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços**, por meio de **servidor(es) ou comissão formalmente designada(s)**, observando os padrões técnicos, assistenciais, administrativos e sanitários previstos neste Termo de Referência, no edital de credenciamento e na legislação aplicável;
3. Proceder à **verificação da conformidade dos serviços executados**, nos prazos estabelecidos, confrontando-os com as autorizações emitidas pela regulação municipal, as guias de atendimento, os registros assistenciais e as especificações constantes neste Termo de Referência e no edital, para fins de **aceite, recebimento e validação** dos serviços prestados;
4. Comunicar formalmente aos prestadores credenciados a ocorrência de **falhas, irregularidades, inconsistências, glosas ou não conformidades** identificadas na



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

execução dos serviços ou na documentação apresentada, fixando prazo razoável para saneamento, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis;

5. Efetuar o **pagamento pelos serviços efetivamente realizados**, desde que **previamente autorizados pela regulação, executados conforme as condições pactuadas e devidamente comprovadas**, observados os prazos, critérios e procedimentos definidos no edital de credenciamento, no instrumento contratual e na legislação vigente;
6. Fornecer aos prestadores credenciados as **orientações técnicas, administrativas e operacionais necessárias** ao correto cumprimento dos fluxos de regulação, agendamento, execução, registro do atendimento, faturamento, controle e prestação de informações relativas aos serviços realizados;
7. Manter, operar e atualizar os **sistemas de regulação, controle e acompanhamento dos atendimentos**, assegurando a **rastreabilidade das solicitações, autorizações, execuções, retornos, faltas de pacientes e pagamentos**, de modo a garantir transparência, controle administrativo e eficiência na gestão dos serviços;
8. Zelar pela **distribuição isonômica, objetiva e impessoal da demanda** entre os prestadores credenciados, observados os critérios técnicos, a capacidade operacional, a disponibilidade de agenda, os raios de atuação definidos e as prioridades clínicas estabelecidas pela regulação municipal;
9. Não se responsabilizar por quaisquer **obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais ou civis** assumidas pelos prestadores credenciados perante terceiros, tampouco por danos decorrentes de atos praticados por seus empregados, colaboradores ou prepostos, competindo exclusivamente aos credenciados responder por tais encargos, inclusive quanto a eventuais intercorrências clínicas, eventos adversos ou responsabilidades decorrentes da execução técnica dos procedimentos realizados.
10. Adotar, quando cabível, as **medidas administrativas, corretivas ou sancionatórias** previstas neste Termo de Referência, no edital de credenciamento, no instrumento contratual e na legislação vigente, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**.
11. Assegurar a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes dos serviços efetivamente executados e validados, observados os limites da disponibilidade financeira e o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde.
12. Garantir que os dados pessoais e sensíveis dos usuários do sistema municipal de saúde sejam tratados em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas administrativas e técnicas aptas à proteção das informações compartilhadas com os prestadores credenciados.
13. Disponibilizar, quando solicitado por órgãos de controle interno ou externo, os documentos e informações relativos à execução do credenciamento, assegurando transparência, rastreabilidade e regularidade dos atos administrativos praticados.
14. Manter canal formal de comunicação com os prestadores credenciados para esclarecimento de dúvidas operacionais, atualização de fluxos assistenciais e



resolução de intercorrências administrativas relacionadas à execução do credenciamento.

9 OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES CREDENCIADOS

São obrigações dos prestadores credenciados, além daquelas previstas neste Termo de Referência, no edital de credenciamento, no instrumento contratual e na legislação vigente:

1. Executar os serviços de saúde para os quais foram credenciados com **qualidade, regularidade, segurança e eficiência**, observando rigorosamente as normas técnicas, científicas, éticas, sanitárias e assistenciais aplicáveis, bem como as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;
2. Cumprir integralmente todas as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital de credenciamento, no instrumento contratual e nos demais documentos que integram o processo administrativo;
3. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, **todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária, técnica, operacional e sanitária** exigidas, responsabilizando-se pela sua permanente regularidade;
4. Garantir que os serviços sejam prestados **exclusivamente por profissionais legalmente habilitados**, com registro ativo e regular nos respectivos conselhos de classe, quando aplicável, assumindo total responsabilidade técnica, ética e legal pela atuação desses profissionais;
5. Responsabilizar-se integralmente por todos os **encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outros** decorrentes da execução dos serviços, inexistindo responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública;
6. Observar rigorosamente as normas de **biossegurança, controle sanitário, segurança do paciente, ética profissional e proteção à saúde dos usuários**, respondendo por eventuais danos decorrentes do descumprimento dessas normas;
7. Cumprir integralmente os **fluxos de regulação, encaminhamento, agendamento, execução, registro do atendimento, faturamento, controle e prestação de informações** definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
8. Prestar, sempre que solicitado, **todas as informações, relatórios, documentos e esclarecimentos necessários** ao acompanhamento, à fiscalização da execução, à auditoria e à avaliação da qualidade assistencial dos serviços prestados;
9. Manter **sigilo, confidencialidade e proteção** de todas as informações e dados a que tiver acesso em razão da execução dos serviços, especialmente dados pessoais e sensíveis dos pacientes, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018);
10. Responder por quaisquer **danos causados à Administração Pública, aos usuários do sistema de saúde ou a terceiros**, decorrentes de falhas, omissões, impropriedade, imprudência, negligência ou irregularidades na execução dos serviços;
11. Realizar os atendimentos **exclusivamente mediante encaminhamento prévio e autorização formal da Secretaria Municipal de Saúde**, acompanhados do



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

respectivo pedido ou relatório médico, sendo **vedada a execução de qualquer procedimento sem a correspondente autorização regulatória**;

12. Reconhecer que o Município de Pimenta/MG **não se responsabilizará pelo pagamento** de quaisquer procedimentos realizados **sem o devido encaminhamento, autorização ou em desacordo com os fluxos de regulação** definidos;
13. Nos casos de procedimentos realizados **in loco**, quando aplicável, arcar integralmente com todos os custos relacionados a **deslocamento, equipe, equipamentos, materiais e insumos** necessários à execução dos serviços, salvo disposição expressa em contrário;
14. Dispor de **estrutura administrativa, sistema operacional e suporte técnico adequados**, capazes de garantir o gerenciamento eficiente das agendas, o registro correto dos atendimentos e o atendimento contínuo das demandas encaminhadas;
15. Disponibilizar, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde ou pelo setor de regulação, sua **agenda de consultas e exames no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis**, informando datas, horários e capacidade de atendimento;
16. Realizar o atendimento autorizado no **prazo máximo de até 40 (quarenta) dias**, contados da data do encaminhamento, ressalvados os casos de prioridade clínica. Na impossibilidade de cumprimento do prazo, o prestador deverá comunicar formalmente a regulação, podendo o paciente ser redirecionado a outro credenciado disponível;
17. Reconhecer que a **distribuição dos encaminhamentos** observará critérios objetivos de isonomia, alternância, capacidade instalada, disponibilidade de agenda, prioridade clínica e fluxos de regulação, não gerando exclusividade ou garantia de demanda;
18. Observar que a **regulação municipal poderá estabelecer prioridades clínicas** para determinados procedimentos, consultas ou exames, com base em critérios de urgência, gravidade, risco e impacto assistencial, devendo o prestador adequar sua agenda a essas prioridades sempre que demandado;
19. Encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde, após a realização do atendimento, a **guia devidamente preenchida como descrito no item 6.6 e 7.4 deste Termo de Referência**.
20. Não subcontratar total ou parcialmente os serviços para os quais foi credenciado, salvo autorização expressa da Administração e desde que mantida a responsabilidade integral do prestador principal.
21. É vedada a cobrança de qualquer valor adicional, taxa, complemento, coparticipação ou pagamento direto do paciente referente aos serviços autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de descredenciamento e demais sanções cabíveis.
22. Nos procedimentos que envolvam sedação, anestesia, intervenções invasivas, uso de radiação ionizante ou radiofármacos, o prestador deverá assegurar estrutura adequada, equipe habilitada, equipamentos de emergência e protocolos de segurança, respondendo integralmente por eventuais intercorrências clínicas ou eventos adversos ocorridos durante a execução.



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

23. Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde qualquer suspensão, cassação, vencimento ou irregularidade relacionada a alvarás sanitários, licenças, registros profissionais, autorizações específicas ou demais documentos exigidos para o exercício da atividade, sob pena de suspensão automática dos encaminhamentos.
24. Entregar os laudos e resultados de exames dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente assinados por profissional habilitado, sendo vedada a retenção injustificada de resultados.
25. Não interromper injustificadamente a prestação dos serviços credenciados, devendo comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima razoável, qualquer impossibilidade temporária de atendimento.
26. Permitir o acesso da fiscalização municipal, dos órgãos de controle e das equipes de auditoria às suas instalações, prontuários e registros relacionados aos serviços executados no âmbito do credenciamento, observadas as normas de sigilo profissional e proteção de dados.
27. Manter atualizados os laudos de manutenção preventiva, calibração e controle de qualidade dos equipamentos utilizados na execução dos serviços, quando aplicável, responsabilizando-se por sua adequada conservação e funcionamento.
28. Manter Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) atualizado e contrato com empresa licenciada para coleta e destinação de resíduos infectantes, quando aplicável aos procedimentos executados.

10 DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E DA GESTÃO DO CREDENCIAMENTO

A fiscalização e a gestão do credenciamento de serviços especializados em saúde serão exercidas de forma sistemática, contínua e segregada, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à separação entre as funções de gestão do credenciamento e fiscalização da execução, como medida de fortalecimento da governança, do controle administrativo, da mitigação de riscos e da correta aplicação dos recursos públicos.

A atuação da fiscalização e da gestão observará o modelo de três linhas de defesa da governança pública, garantindo controle preventivo, concomitante e posterior da execução contratual.

A atuação administrativa deverá assegurar o efetivo controle dos atendimentos autorizados, realizados, não realizados, reagendados ou cancelados, bem como a rastreabilidade das informações necessárias à validação da execução e do pagamento dos serviços.

Para fins de governança, controle e adequada segregação de funções, fica expressamente estabelecido que a fiscalização da execução dos serviços e a gestão do credenciamento constituem atividades distintas, complementares e não sobrepostas, exercidas por agentes públicos diversos, com atribuições claramente delimitadas.

A **Fiscalização da Execução** terá como foco principal o acompanhamento **técnico, assistencial, operacional e regulatório** dos serviços prestados, incluindo a verificação da efetiva realização dos atendimentos, da conformidade com as autorizações da regulação,



dos registros assistenciais, da ocorrência de faltas, cancelamentos, reagendamentos e demais eventos relacionados à execução material do objeto.

O **Gestor do Credenciamento**, por sua vez, será responsável pelo acompanhamento **administrativo, contratual, financeiro e institucional** do credenciamento, competindo-lhe, entre outras atribuições:

A atuação do Gestor do Credenciamento não substitui nem interfere nas atribuições do Fiscal da Execução, assim como a fiscalização não detém competência para deliberar sobre matérias de natureza contratual, financeira ou decisória, assegurando-se, dessa forma, a segregação de funções, a imparcialidade dos controles e a mitigação de riscos administrativos.

10.1 Da Designação do Gestor do Credenciamento (Gestão do Contrato)

A gestão do credenciamento ficará a cargo de servidor formalmente designado pela autoridade competente, que atuará como **Gestor do Credenciamento**, nos termos da legislação vigente, sendo responsável pelo acompanhamento administrativo, contratual, financeiro e institucional do procedimento.

Compete ao Gestor do Credenciamento, entre outras atribuições:

1. acompanhar a execução global do credenciamento, sob os aspectos **administrativo, contratual, financeiro, assistencial e regulatório**, assegurando a conformidade com o edital, este Termo de Referência e os instrumentos contratuais;
2. **monitorar a vigência** dos termos de credenciamento, contratos decorrentes, prazos de execução, prorrogações e demais marcos temporais relevantes;
3. **zelar pela correta aplicação das regras** previstas no edital, neste Termo de Referência e nos instrumentos contratuais, promovendo os ajustes administrativos necessários;
4. **promover a articulação e integração** entre os setores envolvidos na execução do credenciamento, especialmente regulação, fiscalização, setor financeiro, controle interno e assessoramento jurídico;
5. **analisar relatórios** de execução, produtividade, atendimentos realizados, faltas de pacientes, reagendamentos, não atendimentos, intercorrências e apontamentos de conformidade apresentados pela fiscalização da execução;
6. **deliberar sobre ajustes operacionais**, reprogramações assistenciais, redistribuição da demanda, cancelamentos, redirecionamentos de atendimentos e outras providências administrativas decorrentes da execução dos serviços;
7. **avaliar impactos administrativos e contratuais** decorrentes de ausências de pacientes, indisponibilidade de prestadores, falhas na execução, reincidências ou descumprimento de fluxos regulatórios;
8. **expedir notificações formais** aos prestadores credenciados, quando constatadas irregularidades, descumprimentos contratuais ou necessidade de saneamento de falhas, fixando prazos e acompanhando as providências adotadas;



9. **analisar e instruir processos de aditivos**, prorrogações, ajustes administrativos ou revisões contratuais, quando cabíveis, observada a legislação vigente e o interesse público;
 - a. **Acompanhar a regularidade documental**, fiscal, cadastral, técnica e sanitária dos prestadores credenciados ao longo da vigência do credenciamento;
 - b. **Subsidiar a autoridade competente** quanto à aplicação de advertências, sanções administrativas, suspensões temporárias ou descredenciamento, quando cabível, com base nos registros da fiscalização e nos princípios do contraditório e da ampla defesa;
 - c. Assegurar o cumprimento dos princípios da **legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, segregação de funções e supremacia do interesse público**.

10.2 Da Fiscalização da Execução dos Serviços

A fiscalização da execução dos serviços prestados pelos credenciados ficará a cargo de servidor ou comissão formalmente designada, que atuará como Fiscal da Execução, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Compete ao Fiscal da Execução:

1. acompanhar, monitorar e verificar a execução dos serviços quanto à conformidade técnica, assistencial, sanitária, administrativa e regulatória;
2. conferir se os atendimentos foram realizados conforme autorização prévia da regulação municipal;
3. verificar a correspondência entre os atendimentos executados, as guias autorizadas, os registros assistenciais e a documentação apresentada para fins de faturamento;
4. registrar formalmente, em instrumento próprio, sistema ou relatório de fiscalização, todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, incluindo atendimentos realizados, não realizados, faltas de pacientes, ausências de profissionais, cancelamentos, reagendamentos e intercorrências;
5. exigir a correção de irregularidades identificadas, quando estiverem dentro de sua esfera de competência técnica ou operacional;
6. comunicar formalmente ao Gestor do Credenciamento as situações que demandem providências administrativas, contratuais ou legais;
7. subsidiar a gestão do credenciamento com informações técnicas necessárias à validação dos serviços executados e dos respectivos pagamentos;
8. acompanhar o cumprimento dos prazos máximos de atendimento, dos fluxos de regulação e da distribuição isonômica da demanda;
9. **atestar tecnicamente a execução dos serviços**, sem prejuízo da posterior validação administrativa e financeira pelo Gestor do Credenciamento;
10. **não autorizar pagamentos, aditivos, repactuações ou alterações contratuais**, limitando sua atuação à verificação técnica e assistencial da execução;



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

11. **sugerir glosa total ou parcial** dos serviços quando constatada a ausência de comprovação da execução, desconformidade com a autorização regulatória ou descumprimento das condições estabelecidas;
12. atuar de forma preventiva e orientadora, sempre que possível, comunicando falhas sanáveis antes da adoção de medidas sancionatórias.
13. realizar, a qualquer tempo e sem aviso prévio, inspeções in loco, diligências técnicas, verificação documental e auditorias assistenciais, inclusive mediante análise de prontuários e registros eletrônicos relacionados aos atendimentos realizados no âmbito do credenciamento

10.3 Do Controle dos Atendimentos, Faltas e Não Execução

Para fins de gestão, fiscalização e pagamento, ficam estabelecidas as seguintes regras:

1. O Município somente reconhecerá como serviço executado aquele que estiver previamente autorizado, efetivamente realizado e devidamente comprovado por documentação hábil já descrita no **tópico 6.6 e 7.4** deste Termo de Referência.
2. Nos casos de não comparecimento do paciente ao atendimento agendado, o prestador deverá comunicar formalmente a ocorrência à regulação municipal, para fins de registro, controle estatístico e eventual reprogramação.
3. A ausência injustificada do paciente não gerará direito a pagamento ao prestador, devendo o caso ser registrado para controle da gestão e eventual nova regulação do atendimento.
4. Nos casos em que o paciente comparecer, mas o atendimento não for realizado por indisponibilidade do profissional, falha operacional, problemas técnicos ou outro motivo imputável ao prestador, o fato deverá ser formalmente registrado, comunicado à fiscalização e à regulação, sem geração de direito a pagamento.
5. Situações excepcionais ou de força maior deverão ser devidamente justificadas e comprovadas pelo prestador, cabendo ao Gestor do Credenciamento a análise quanto à reprogramação do atendimento e às providências administrativas cabíveis.
6. A constatação de inconsistências reiteradas, divergências entre autorizações e procedimentos executados, manipulação indevida de agenda, registro fictício de atendimento ou qualquer indício de irregularidade grave poderá ensejar a suspensão cautelar de novos encaminhamentos até apuração dos fatos.
7. Nos casos de indícios de fraude, superfaturamento, simulação de atendimento ou recebimento indevido de valores, o fato será imediatamente comunicado ao setor jurídico e ao controle interno, sem prejuízo da instauração de procedimento administrativo próprio e eventual comunicação aos órgãos de controle externo.

10.4 Reagendamentos, Retornos e Continuidade do Cuidado

Os reagendamentos decorrentes de faltas, indisponibilidades ou intercorrências deverão seguir os fluxos definidos pela regulação municipal.



O controle dos retornos e reavaliações deverá ser registrado de forma clara e rastreável, permitindo à Administração identificar atendimentos pendentes, realizados ou não realizados.

10.5 Atuação Integrada e Apoio Técnico

A gestão e a fiscalização do credenciamento poderão contar com o apoio dos setores de regulação, auditoria, controle interno, assessoramento jurídico e demais unidades técnicas do Município, com o objetivo de:

- prevenir riscos administrativos e assistenciais;
- fortalecer os mecanismos de controle e transparência;
- subsidiar decisões administrativas;
- assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

10.6 Responsabilidade dos Prestadores

A atuação do Gestor do Credenciamento e do Fiscal da Execução não exclui nem reduz a responsabilidade dos prestadores credenciados quanto à perfeita execução dos serviços, ao cumprimento das obrigações contratuais, técnicas, sanitárias e legais, nem quanto à reparação de eventuais danos causados à Administração Pública, aos usuários ou a terceiros.

A eventual omissão ou falha na fiscalização não exime o prestador de suas responsabilidades legais e contratuais, não implicando reconhecimento tácito da regularidade dos serviços executados.

10.7 Princípios Aplicáveis à Fiscalização e Gestão

A fiscalização e a gestão do credenciamento observarão, em todas as suas etapas, os princípios da legalidade, eficiência, proporcionalidade, razoabilidade, segregação de funções, transparência, controle, rastreabilidade e supremacia do interesse público.

A Administração poderá realizar auditorias técnicas, assistenciais e financeiras a qualquer tempo, inclusive de forma posterior ao pagamento, podendo proceder à glosa, compensação ou restituição de valores pagos indevidamente, observados o contraditório e a ampla defesa.

10.8 Da Retenção Cautelar

A Administração poderá reter cautelarmente valores relativos a serviços sob análise, quando houver indícios de irregularidade, inconsistência documental ou necessidade de auditoria complementar, até a conclusão da verificação administrativa, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.9 Do Registro em Sistema Oficial

Os registros de autorização, execução, controle, fiscalização e pagamento realizados em sistema eletrônico oficial da Secretaria Municipal de Saúde constituirão meio formal e válido de comprovação administrativa, prevalecendo sobre registros unilaterais apresentados pelo prestador, podendo proceder à glosa, compensação ou restituição de valores pagos indevidamente, inclusive mediante compensação administrativa em pagamentos futuros, sem prejuízo da cobrança judicial, quando cabível.

11 DO PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

11.1. O Município de Pimenta/MG efetuará o pagamento exclusivamente pelos serviços previamente autorizados, efetivamente realizados, devidamente comprovados e validados, observada a demanda real do sistema municipal de saúde, não sendo devido qualquer pagamento por saldo não executado, procedimentos não realizados ou quantitativos não consumidos.

11.2. O pagamento será realizado por competência mensal, de forma individualizada por credenciado, mediante consolidação de todos os serviços executados no respectivo período.

11.3. Ao final de cada mês, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da regulação municipal e da fiscalização da execução, procederá à conferência, validação e consolidação dos atendimentos realizados por cada prestador, com base:

- a) nas autorizações previamente emitidas;
- b) nos registros constantes no sistema eletrônico oficial;
- c) nas guias devidamente preenchidas e encaminhadas;
- d) nos relatórios de fiscalização e demais documentos comprobatórios.

11.4. Após a validação mensal, será formalizada relação consolidada individual de serviços aptos ao pagamento para cada credenciado, constituindo tal documento o lastro administrativo para a liquidação da despesa.

11.5. Cada prestador deverá emitir Nota Fiscal única referente ao montante total consolidado da competência mensal que lhe seja atribuída, vedada a fragmentação de faturamento dentro do mesmo período.

11.6. O pagamento do lote mensal individualizado será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente instruída, atestada pelo Fiscal da Execução e validada pelo Gestor do Credenciamento.

11.7. O ateste da Nota Fiscal ficará condicionado:

- a) à comprovação da efetiva realização dos procedimentos;
- b) à correspondência entre os serviços executados e os previamente autorizados pela regulação municipal;
- c) à conformidade dos valores cobrados com a tabela e os valores de referência definidos no edital de credenciamento;
- d) à inexistência de pendências administrativas, técnicas ou documentais relativas à execução;
- e) à manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do prestador no momento da liquidação.

11.8. Constatadas irregularidades formais, inconsistências ou inconformidades na documentação fiscal ou na comprovação da execução, a Nota Fiscal será devolvida ao prestador para correção, ficando o prazo de pagamento suspenso até a regularização, sem qualquer ônus para a Administração.

11.9. Não serão passíveis de pagamento:

- a) procedimentos realizados sem autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) atendimentos não realizados por ausência do paciente;
- c) procedimentos não executados por indisponibilidade do profissional, falha operacional ou qualquer motivo imputável ao prestador;
- d) serviços realizados em desacordo com os fluxos de regulação, prazos máximos de atendimento ou critérios estabelecidos neste Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

11.10. Nos casos de faltas de pacientes, cancelamentos, reagendamentos ou intercorrências, somente haverá pagamento quando houver efetiva realização do atendimento, devidamente registrada e validada pela fiscalização.

11.11. O pagamento poderá sofrer glosa total ou parcial quando identificadas irregularidades na execução, na documentação apresentada ou na conformidade dos procedimentos, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.12. A validação do pagamento não impede a realização de auditoria técnica, assistencial ou financeira posterior, podendo a Administração proceder à glosa, compensação administrativa ou restituição de valores pagos indevidamente, inclusive mediante desconto em faturamentos futuros.

11.13. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Pimenta/MG, CNPJ nº 16.725.926/0001-48, observadas as exigências fiscais e tributárias vigentes.

11.14. A prestação dos serviços objeto do credenciamento não gera vínculo empregatício entre o Município de Pimenta/MG e os prestadores credenciados, inexistindo relação de subordinação, pessoalidade ou habitualidade, não se aplicando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou do Estatuto dos Servidores Públicos.

12 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PRESTADORES CREDENCIADOS

12.1. A seleção dos prestadores de serviços ocorrerá por meio de **procedimento de credenciamento**, nos termos dos arts. 78, inciso I, e 79 da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como **procedimento auxiliar**, de natureza **paralela, permanente, não competitiva e não excludente**, destinado à contratação de todos os interessados que atendam integralmente às condições estabelecidas no edital.

12.2. O credenciamento será realizado mediante **chamamento público**, amplamente divulgado, permanecendo **aberto durante toda a sua vigência**, de modo a permitir o ingresso contínuo de novos prestadores que atendam aos requisitos exigidos, conforme a necessidade da Administração e a capacidade de absorção da rede municipal de saúde.

12.3. Poderão se credenciar pessoas jurídicas legalmente constituídas e habilitadas, que comprovem o atendimento aos requisitos **jurídicos, fiscais, trabalhistas, previdenciários, técnicos, operacionais e sanitários** exigidos no edital, incluindo, quando aplicável, registros profissionais, autorizações dos conselhos de classe e licenças sanitárias vigentes.

12.4. A habilitação dos interessados observará **critérios objetivos, padronizados e previamente definidos**, sendo vedada qualquer forma de direcionamento, preferência, exclusividade ou discricionariedade subjetiva, assegurando-se os princípios da **isonomia, impessoalidade, transparência, publicidade e ampla competitividade**.

12.5. Quando não for possível a contratação imediata e simultânea de todos os prestadores credenciados, a distribuição da demanda observará **critérios objetivos estabelecidos no edital e nos fluxos de regulação**, considerando, entre outros aspectos:

- a) a prioridade clínica do paciente;
- b) os raios de atuação definidos por procedimento;
- c) a capacidade instalada e operacional do prestador;
- d) a disponibilidade de agenda;
- e) a necessidade assistencial da rede municipal.



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

12.6. Os valores a serem pagos pelos serviços credenciados serão previamente definidos no edital, com base em **pesquisa de mercado, parâmetros oficiais, referências do Sistema Único de Saúde – SUS, contratos congêneres e demais elementos constantes do Estudo Técnico Preliminar**, possuindo **caráter meramente referencial e estimativo**, sem garantia de execução integral dos quantitativos previstos.

12.7. O credenciamento **não implica obrigação de contratação mínima**, não gera direito subjetivo à contratação, tampouco assegura exclusividade, reserva de demanda ou garantia de faturamento aos prestadores credenciados, estando a efetiva contratação condicionada:

- a) à demanda assistencial efetiva;
- b) à regulação dos serviços pela Secretaria Municipal de Saúde;
- c) à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

12.8. A seleção dos prestadores credenciados observará, em todas as etapas, os princípios da **legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, supremacia do interesse público e segurança jurídica**, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13 DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base nos elementos constantes do Documento de Formalização da Demanda – DFD, do Estudo Técnico Preliminar – ETP, do mapa de apuração de preços e das planilhas de procedimentos, devidamente saneadas no curso da fase preparatória do processo.

Para a definição dos valores de referência dos serviços a serem credenciados, foram considerados parâmetros oficiais, tabelas públicas, contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, valores praticados no mercado regional, bem como a análise da compatibilidade econômica dos procedimentos, observando-se a natureza dos serviços, a complexidade técnica, os custos operacionais envolvidos e os diferentes raios de atuação definidos para cada grupo de procedimentos.

A pesquisa de preços foi realizada de forma ampla, criteriosa e diversificada, contemplando múltiplos prestadores, localidades e modalidades de execução, permitindo a obtenção de valores médios compatíveis com a realidade de mercado e adequados ao modelo de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

O valor global estimado da contratação, considerando o conjunto de procedimentos previstos, os quantitativos estimados e os parâmetros definidos nos instrumentos que integram o processo administrativo, corresponde a **R\$ 9.150.934,75 (nove milhões, cento e cinquenta mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**, referente ao período total de vigência de até 5 (cinco) anos.

Ressalta-se que o valor estimado foi obtido a partir da projeção proporcional dos quantitativos originalmente dimensionados para o período de 12 (doze) meses, considerando a ampliação da vigência contratual, sem prejuízo de eventuais variações decorrentes da demanda assistencial ao longo do tempo.

O valor estimado possui caráter meramente referencial, estimativo e não vinculante, destinando-se exclusivamente ao planejamento orçamentário, à previsão de despesa e à definição dos valores de referência para o procedimento de credenciamento, não



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

representando, em nenhuma hipótese, obrigação de contratação integral, compromisso de execução total dos quantitativos previstos ou garantia de pagamento do valor global estimado por parte da Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que o modelo de credenciamento não assegura contratação mínima, exclusividade ou reserva de demanda aos prestadores habilitados, inexistindo direito subjetivo à execução integral dos quantitativos estimados ou ao recebimento do valor global previsto, em consonância com a natureza paralela, não excludente e não obrigatória do credenciamento.

Diante do exposto, resta devidamente demonstrada a adequação, razoabilidade e compatibilidade dos valores estimados com os preços praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, transparência e interesse público, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 A (s) projeção (s) da (s) despesa (s) para atender a esta licitação estão programadas em dotação (s) orçamentária (s) própria (s), consignada (s) no orçamento para o exercício corrente, na (s) seguinte (s) rubrica (s):

Secretária Municipal de Saúde

Ficha 466 - 02.06.01.10.302.0008.2083.3.3.90.39.00 - Fonte: 1.500.000

Ficha 471 - 02.06.01.10.302.0008.2154.3.3.93.39.00 - Fonte: 1.500.000

Ficha 563 - 02.06.02.10.302.0009.2182.3.3.90.39.00 - Fonte: 1.600.000

Ficha 563 - 02.06.02.10.302.0009.2182.3.3.90.39.00 - Fonte: 1.621.000

Ficha 575 - 02.06.02.10.302.0009.2183.3.3.90.39.00 - Fonte: 1.600.000

15 DA NATUREZA DO PROCEDIMENTO

15.1. O presente procedimento possui natureza eminentemente administrativa e enquadra-se como **credenciamento**, nos termos dos arts. 78, inciso I, e 79 da Lei nº 14.133/2021, sendo adotado como **procedimento auxiliar** destinado a viabilizar a contratação de empresas para a prestação de serviços de saúde, **de forma paralela, não excludente, não competitiva e em condições previamente padronizadas pela Administração Pública**.

15.2. O credenciamento caracteriza-se como procedimento aberto, impessoal e contínuo, que **não pressupõe disputa entre os interessados**, tampouco seleção por julgamento comparativo de propostas, sendo admitida a contratação de todos os prestadores que atendam integralmente aos requisitos técnicos, jurídicos, fiscais, sanitários e operacionais estabelecidos no edital de chamamento público.

15.3. A adoção do credenciamento mostra-se **oportuna, conveniente e necessária ao atendimento do interesse público**, considerando a natureza contínua, dinâmica e variável da demanda por consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, bem como a necessidade de ampliar, de forma flexível e eficiente, a rede assistencial disponível à população usuária do sistema municipal de saúde.

15.4. Trata-se de procedimento especialmente adequado para objetos em que é **vantajosa a contratação simultânea de múltiplos prestadores**, permitindo maior capilaridade da rede assistencial, redução do tempo de espera dos pacientes, ampliação do acesso aos serviços de saúde, continuidade do atendimento e racionalização dos custos



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

administrativos, operacionais e logísticos do Município.

15.5. O credenciamento **não gera direito subjetivo à contratação**, não implica exclusividade, não assegura contratação mínima nem reserva de demanda aos prestadores habilitados, estando a efetiva contratação condicionada à **demandas assistencial real**, à **regulação dos serviços**, à **disponibilidade orçamentária e financeira** e às necessidades da Administração Pública.

15.6. A contratação dos prestadores credenciados ficará condicionada à comprovação permanente da qualificação técnica, da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e sanitária, bem como ao cumprimento integral das condições estabelecidas no edital de chamamento público, neste Termo de Referência e nos instrumentos contratuais dele decorrentes.

15.7. O procedimento adotado observa integralmente os princípios da **legalidade, planejamento, isonomia, impessoalidade, eficiência, economicidade, transparência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes aplicáveis à prestação de serviços públicos de saúde.

16 VIGÊNCIA

O prazo de vigência do credenciamento e dos respectivos contratos decorrentes será de até **5 (cinco) anos**, contados da data de assinatura do instrumento contratual, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua dos serviços de saúde e a necessidade de garantir a estabilidade, a continuidade assistencial e a eficiência administrativa na prestação dos serviços.

A vigência do credenciamento permanecerá aberta durante todo o período estabelecido, permitindo a adesão contínua de novos prestadores que atendam aos requisitos previstos neste Termo de Referência e no edital.

16.1. Da Manutenção e da Prorrogação

A manutenção dos contratos decorrentes do credenciamento ficará condicionada:

- I – à permanência das condições de habilitação do prestador credenciado;
- II – ao desempenho satisfatório na execução dos serviços;
- III – à existência de demanda assistencial;
- IV – à disponibilidade orçamentária;
- V – ao interesse público devidamente justificado pela Administração.

Eventuais prorrogações ou ajustes contratuais observarão os limites legais, a vantajosidade administrativa e as disposições da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração, a qualquer tempo, revisar, adequar ou encerrar o credenciamento, mediante justificativa técnica e administrativa.

17 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto credenciado, nem a cessão, transferência ou compartilhamento da execução dos serviços com terceiros, **a qualquer título**, sem prévia e expressa autorização da Administração, nos termos do art. 79, parágrafo único, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

17.1. Os serviços deverão ser executados **diretamente pelo prestador credenciado**, por meio de profissionais que integrem seu quadro técnico regular ou que estejam formalmente vinculados à estrutura operacional declarada no processo de credenciamento, observadas as exigências técnicas, éticas, sanitárias e legais estabelecidas no edital de chamamento público e neste Termo de Referência.

17.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela **natureza assistencial dos serviços de saúde**, que exige controle rigoroso da qualificação técnica, da responsabilidade profissional, da rastreabilidade dos atendimentos e da segurança do paciente, sendo imprescindível que a execução permaneça sob a responsabilidade direta do prestador credenciado.

17.3. Em caráter excepcional, e desde que devidamente justificada sob os aspectos técnicos e assistenciais, a Administração poderá designar em atendimentos in loco, autorizar de forma expressa e previamente formalizada, a colaboração de um servidor em atividades acessórias ou de apoio, desde que não comprometam a qualidade do serviço, não transfiram responsabilidades e estejam em conformidade com a legislação aplicável. Sendo recomendado sempre que possível, que o prestador traga seu próprio assistente.

17.4. Ainda que excepcionalmente autorizada a participação de servidor em atividades acessórias, **a responsabilidade integral pela execução dos serviços e pelos eventuais danos causados à Administração, aos usuários ou a terceiros permanecerá exclusivamente com o prestador credenciado**, não se estabelecendo responsabilidade solidária.

17.5. O descumprimento do disposto neste capítulo poderá ensejar a aplicação das medidas administrativas cabíveis, inclusive advertência, suspensão temporária, descredenciamento e demais sanções previstas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. Será admitida, de forma excepcional, a alteração subjetiva do prestador credenciado, nas hipóteses de **fusão, cisão ou incorporação da pessoa jurídica**, desde que **previamente comunicada e expressamente autorizada pela Administração Pública**, e atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I – a nova pessoa jurídica resultante da operação societária comprove o atendimento integral a **todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária, técnica, operacional e sanitária** exigidos no procedimento de credenciamento;

II – sejam **integralmente mantidas as condições originalmente pactuadas**, inclusive quanto ao objeto, aos valores de referência, aos padrões de qualidade, aos prazos e às obrigações assumidas;

III – não haja qualquer **prejuízo à continuidade, à regularidade, à qualidade ou à segurança da prestação dos serviços de saúde**, assegurando-se a proteção do interesse público e dos usuários do sistema;

IV – seja apresentada documentação comprobatória da operação societária, devidamente registrada nos órgãos competentes, bem como demais documentos exigidos pela Administração para análise e manifestação formal;



V – haja **anuência expressa e formal da Administração Pública**, após análise técnica, administrativa, jurídica e, quando aplicável, sanitária.

18.2. A alteração subjetiva **não implicará, em nenhuma hipótese**, modificação do objeto do credenciamento, dos valores de referência estabelecidos no edital e neste Termo de Referência, dos critérios de regulação, dos fluxos assistenciais ou das condições de execução dos serviços.

18.3. Até a manifestação formal da Administração acerca da alteração subjetiva, **permanecerá integralmente responsável pela execução dos serviços o prestador originalmente credenciado**, inclusive quanto aos encargos legais, obrigações contratuais e eventuais responsabilidades decorrentes da prestação dos serviços.

18.4. A autorização da alteração subjetiva não afasta nem reduz a responsabilidade do prestador sucessor quanto aos atos praticados anteriormente à operação societária, inclusive no que se refere a pendências administrativas, glosas, sanções, obrigações fiscais, trabalhistas ou reparação de danos eventualmente causados.

18.5. A realização de alteração subjetiva sem a prévia e expressa autorização da Administração Pública poderá ensejar a **suspensão imediata dos atendimentos**, o **descredenciamento do prestador** e a aplicação das demais sanções previstas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. **Não será exigida garantia de execução contratual**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto, o modelo de credenciamento adotado e a forma de remuneração prevista.

19.2. A dispensa de garantia justifica-se pelo fato de que os pagamentos ocorrerão **exclusivamente após a efetiva prestação dos serviços**, desde que previamente autorizados pela regulação municipal, devidamente executados, comprovados documentalmente e atestados pela fiscalização da Administração, o que mitiga significativamente o risco financeiro ao Município.

19.3. Ressalta-se que a inexistência de garantia de execução **não afasta, reduz ou limita** a responsabilidade dos prestadores credenciados pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, tampouco exime a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente, em caso de inadimplemento, falhas na execução ou descumprimento contratual.

19.4. Eventuais prejuízos causados à Administração Pública ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços serão integralmente de responsabilidade do prestador credenciado, assegurado o direito de regresso, quando cabível.

20 DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

20.1. Considerando a natureza do objeto, as formas de operacionalização do credenciamento, a execução sob demanda, a inexistência de exclusividade e a forma de remuneração condicionada à efetiva prestação dos serviços, os riscos ordinários e previsíveis relacionados à contratação foram devidamente identificados, avaliados e tratados no Estudo Técnico Preliminar – ETP e na Matriz de Riscos que integra o processo administrativo.



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

20.2. Não foram identificados riscos extraordinários, excepcionais ou imprevisíveis que justifiquem a elaboração de matriz específica de alocação de riscos contratual nos moldes do art. 103 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto não envolve obras, serviços de engenharia de grande vulto ou contratos de complexidade elevada.

20.3. Os riscos inerentes à execução dos serviços de saúde, tais como aqueles relacionados à capacidade técnica, operacional, disponibilidade de profissionais, cumprimento de prazos, observância de protocolos clínicos, normas sanitárias e qualidade assistencial, serão suportados pelos respectivos prestadores credenciados, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades legais.

20.4. Os riscos de natureza administrativa, regulatória e de gestão da demanda, incluindo o planejamento assistencial, a regulação dos encaminhamentos, a definição de prioridades clínicas, a distribuição isonômica da demanda e o controle orçamentário e financeiro, permanecerão sob responsabilidade da Administração Pública, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público.

20.5. A alocação de riscos adotada revela-se compatível com o modelo de credenciamento, preservando o equilíbrio entre as partes, assegurando a continuidade dos serviços de saúde e resguardando o interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de governança e gestão de riscos na Administração Pública.

21 DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

21.1. Nos termos do art. 45 da Lei nº 9.784/1999, o Município de Pimenta/MG poderá, mediante decisão administrativa devidamente motivada e independentemente de prévia manifestação do interessado, adotar medidas acauteladoras necessárias à proteção do interesse público, sempre que houver risco iminente de dano de difícil ou impossível reparação à Administração, aos usuários dos serviços de saúde ou à continuidade da prestação assistencial.

21.2. As medidas acauteladoras têm natureza **preventiva e provisória**, podendo ser adotadas antes da conclusão do processo administrativo sancionador, sempre que constatadas situações que indiquem risco à segurança do paciente, à regularidade da execução dos serviços, à legalidade dos atos administrativos ou ao adequado funcionamento do modelo de credenciamento.

21.3. As medidas acauteladoras poderão incluir, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- I – Suspensão temporária, total ou parcial, da execução dos serviços pelo prestador credenciado;
- II – Bloqueio, retenção ou suspensão do pagamento de valores relacionados aos serviços sob apuração;
- III – Restrição temporária de novos encaminhamentos ou autorizações de procedimentos;
- IV – Determinação de ajustes operacionais, correções técnicas ou adequações nos fluxos de atendimento;
- V – Exigência imediata de esclarecimentos, documentos ou informações complementares;
- VI – Outras providências administrativas necessárias para cessar ou mitigar o risco identificado.



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

21.4. As medidas acauteladoras permanecerão vigentes pelo prazo estritamente necessário à apuração dos fatos ou à cessação da situação de risco que as motivou, devendo ser revistas, mantidas ou revogadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente.

21.5. A adoção de medidas acauteladoras não implica juízo definitivo de responsabilidade do prestador credenciado, nem substitui o regular processo administrativo sancionador, constituindo-se instrumento legítimo de proteção do interesse público e dos direitos dos usuários do sistema de saúde.

21.6. Será assegurado ao prestador credenciado o exercício do contraditório e da ampla defesa em momento oportuno, sem prejuízo da imediata adoção das medidas acauteladoras, bem como da posterior apuração de responsabilidades administrativas, civis ou penais, quando cabíveis.

22 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O prestador credenciado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como por qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no edital de credenciamento, no instrumento contratual e na legislação aplicável, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156 da referida Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

22.1. Das Infrações Administrativas

Constituem infrações administrativas, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- I – descumprir prazos para disponibilização de agenda, realização de atendimentos, envio de documentos ou prestação de informações à regulação municipal, sem justificativa aceita pela Administração;
- II – recusar, injustificadamente, atendimento de paciente regularmente encaminhado e autorizado;
- III – tratar paciente, acompanhante ou servidor público de forma desrespeitosa, discriminatória, negligente ou incompatível com os princípios éticos e assistenciais;
- IV – prestar serviços em desacordo com padrões técnicos, assistenciais, sanitários ou normativos aplicáveis;
- V – realizar procedimento sem autorização prévia da regulação municipal ou em desconformidade com o encaminhamento autorizado;
- VI – omitir, adulterar, simular ou prestar informação falsa relativa a atendimento, laudo, prontuário, relatório ou documento de faturamento;
- VII – descumprir fluxos de regulação, critérios de distribuição isonômica da demanda ou prioridades clínicas estabelecidas;
- VIII – dificultar, embaraçar ou impedir a atuação da fiscalização, da gestão do credenciamento ou dos órgãos de controle;
- IX – deixar de manter as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica, operacional ou sanitária exigidas;
- X – violar normas de proteção de dados pessoais e sensíveis dos pacientes;
- XI – causar prejuízo à Administração, aos usuários ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução dos serviços.

22.2. Dos Critérios para Aplicação das Sanções

Na aplicação das sanções serão observados:

- I – a natureza e gravidade da infração;



- II – o grau de culpabilidade ou dolo;
- III – os danos causados ao interesse público ou à segurança do paciente;
- IV – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- V – a reincidência;
- VI – a cooperação do prestador na correção da irregularidade;
- VII – a proporcionalidade e razoabilidade da medida aplicada.

22.3. Das Sanções Administrativas

Conforme a gravidade da infração, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente:

- I – advertência formal;
- II – multa, nos termos e percentuais definidos no edital, podendo incidir sobre o valor da competência mensal ou sobre o valor do procedimento irregular;
- III – suspensão temporária do direito de receber novos encaminhamentos ou de permanecer credenciado;
- IV – descredenciamento parcial ou total;
- V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.4 Da Multa

A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com outras sanções, podendo ser:

- a) compensatória, quando houver prejuízo financeiro à Administração;
- b) moratória, nos casos de atraso injustificado;
- c) punitiva, nas hipóteses de infração grave.

O valor da multa poderá ser descontado de pagamentos devidos, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial.

22.5. Da Suspensão Cautelar

Havendo indícios de infração grave, risco à segurança do paciente, à regularidade da execução ou ao interesse público, poderá ser determinada, de forma motivada, a suspensão cautelar de novos encaminhamentos ao prestador até a apuração definitiva dos fatos.

22.6. Do Descredenciamento

O descredenciamento poderá ser aplicado quando:

- I – houver reincidência em infrações relevantes;
- II – for constatada fraude, simulação de atendimento ou recebimento indevido de valores;
- III – houver comprometimento da segurança do paciente;
- IV – houver perda das condições de habilitação exigidas.

O descredenciamento poderá ser parcial (para determinados procedimentos) ou total.

22.7. Do Devido Processo Legal

A aplicação das sanções observará rigorosamente o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 156, §§ 1º a 9º, e arts. 157 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

22.8. Da Finalidade das Sanções



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Avenida JK, nº 396 - Pabx: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG

As sanções possuem caráter educativo, corretivo e preventivo, visando assegurar:

- I – a qualidade da assistência prestada;
- II – a proteção dos direitos dos usuários;
- III – a integridade da atuação administrativa;
- IV – a continuidade e regularidade do serviço público.

23 DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. Os valores de referência estabelecidos para os serviços objeto do credenciamento, bem como o preço inicialmente pactuado em cada contratação decorrente deste procedimento, serão fixos durante o **período mínimo de 12 (doze) meses**, contado da data de apresentação da proposta ou da última atualização, admitida a sua revisão exclusivamente para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, e do art. 134 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

23.2. O reajuste de valores ocorrerá pela atualização dos valores no Termo de Referência e, considerando que os serviços de saúde objeto do credenciamento possuem natureza contínua, será admitido reajuste anual dos valores, caso mantida a vantajosidade da contratação e o interesse público, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observado o disposto na legislação vigente, nas normas municipais aplicáveis e nas condições estabelecidas no edital de credenciamento.

Pimenta/MG, 31 de março de 2026.



Assinatura Eletrônica por: Pablo Henrique da Costa, em: 31/03/2026 15:33:38 - Gerente de Seção de Contabilidade, CPF: ***.457.888**.
Hash:
fc490ca45c00b1249bbe3554a4fdf6fb&t=int

**Central de Planejamento, Coordenação,
e Gestão de Contratações Públicas – CPCGC**

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:

ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Linara Mirelle Domingos - na Data/Hora: 31/03/2026 15:32:48 - CPF: ***.474.946** - Cargo: Secretária Municipal de Saúde - Qualificado em: 04/01/2021 - Pelo Documento: Matrícula: 2703-5 - Código de Autenticidade da Assinatura: c0c7c76d30bd3dcaefc96f40275bdc0a, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>

DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 615560 - Nome do Documento: Consultas Médicas e Exames Especializados RETIFICADO - Tipo do Documento: Termo de Referência - produzido em: 31/03/2026, Neste ato assinado por: Linara Mirelle Domingos - na data: 31/03/2026 14:51:37. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W5S5F6L0





ANEXO II

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2XXX

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 16.725.962/0001-48 com sede administrativa na Avenida JK, nº 396, na cidade de Pimenta – MG, neste ato representado pelo Prefeito, **Geovanio Gualberto Macedo**, pessoa física inscrita no CPF sob o nº 447.386.176-72 e RG M-2.789.928 SSP/MG.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n. XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede administrativa na Rua XXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, na cidade de XXXXXX/MG, CEP XXXXXXXXXXXX, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, XXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF XXXXXXXXXXXXXXXX, titular do RG n. MG- XXXXXXXXXXXX SSP/MG, regularmente inscrito perante o XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXi/MG, CEP XXXXXXXXXXXX. Telefones: (XX) XXXXXXXXXXXX e endereço eletrônico: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I. Este contrato tem como fundamento a Lei 14.133/2021 e visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

II. O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, especialmente os casos omissos, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

III. O contrato tem regime de execução indireta.

IV. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme **Procedimento Licitatório nº XXX/20XX**, Inexigibilidade de Licitação nº 0XX/20XX, vinculando-se ao referido Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO



I. Constitui objeto do contrato a **Credenciamento para o município de Pimenta/MG, nos termos do Procedimento Licitatório n. 0XX/202X, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0XX/20XX.**

ITEM	SERVIÇO / DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
TOTAL					

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

I. O contrato terá vigência por um período de XX (XXXX) meses, **com termo inicial em XX/XX/20XX e termo final em XX/XX/20XX**, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/21 e Legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

I. A execução, a fiscalização, o recebimento e o pagamento se dará nos exatos termos da **Inexigibilidade de Licitação nº 0XX/20XX e seu Termo de Referência, como se neste estivessem transcritos, aplicando-se na execução todos as diretrizes e exigências no termo de referência estabelecidas.**

II. A (s) Nota (s) Fiscal (s) referente ao objeto deste contrato, **deverão ser emitidas em nome do Município de Pimenta/MG, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 16.725.962./0001-48 e**, objeto deste contrato, deverão ser executados pela contratada em estrito acordo com as condições estabelecidas na cláusula primeira e Anexos do edital que o originou como se neste estivessem transcritos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

I. A Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXX)**, no qual já estão inclusos todos os tributos e encargos bem como, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a entrega do objeto do presente contrato;

II. O valor unitário para cada procedimento corresponde aquele constante da planilha do item II, cláusula deste contrato.

III. O valor unitário contempla todos os custos de locomoção, hospedagem e alimentação, bem como todos os custos, despesas e encargos que por ventura possa recair sobre a execução do objeto, inclusive impostos, taxas e encargos.

IV. O pagamento será efetuado mensalmente até o décimo dia do mês subsequente, após a comprovação da execução dos serviços mensais dias após o recebimento da Nota(s) Fiscal(s) e consequente aceitação da(s) mesma(s).

V. Caso verifique irregularidades na emissão da(s) **Nota(s) Fiscal(s)**, será feita a devolução e solicitada outra(s) **Nota(s) Fiscal(s)**, ficando, sem qualquer custo adicional para a Contratante que prorrogará o prazo de pagamento proporcionalmente à sua regularização.

VI. **A Nota Fiscal de serviço, objeto deste contrato, deverá ser emitida em nome do Município de PIMENTA/MG, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 16.725.962/0001-48.**



CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I. O preço do objeto do presente contrato será fixo e irreajustável pelo período de doze meses e poderá ser reajustado pela aplicação no INPC e/ou outro índice equivalente que vier a substituí-lo.

II. O objeto do contrato tem características de serviços contínuos e sendo assim, passível de prorrogação nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021 e será corrigido anualmente pela aplicação do INPC e/ou outro índice equivalente que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município no exercício em curso:

CLÁUSULA OITAVA

OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE / CONTRATANTE

I. Constituem obrigações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA para cumprimento deste, o seguinte:

- a) Respeitar o rodízio e a ordem de inscrição dos credenciados de forma a distribuição isonômica do objeto.
- b) Solicitar, acompanhar, fiscalizar, receber e efetuar o pagamento do objeto no prazo e condições estabelecidas.
- c) Comunicar formalmente a execução do objeto com eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades para que seja reparado ou corrigido.
- d) O cumprimento de todas as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 3.292/20223, ficando obrigada a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR sobre qualquer forma de pagamento, inclusive pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura, com base no disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/96 e na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas respectivas alterações.

OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO / CONTRATADO

I. Constituem obrigações do(s) CREDENCIADO (S) para cumprimento deste, o seguinte:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- b) Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

Credenciado, relacionados com o objeto pactuado.

d) Comunicar por escrito ao Credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

e) Efetuar os pagamentos devidos ao Credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

f) Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;

g) Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a Credenciante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

h) A Prefeitura Municipal de Pimenta/MG, através da Secretaria solicitante, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o Credenciado tome as providências necessárias para regularização dos serviços, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Termo de Referência e demais cominações legais.

i) Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

j) Proporcionar as condições para que o Credenciado possa cumprir as obrigações pactuadas.

k) Cumprir as demais condições e obrigações prevista no Termo de Referência.

l) Cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

m) Executar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local e emitir a respectiva nota fiscal.

n) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

o) Responsabilizar, enquanto responsável pela guarda, por todos e quaisquer danos referentes a roubo, avarias ou extravios dos equipamentos e materiais entregues para realização dos serviços prestados.

p) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, o objeto executado em desconformidade.

q) Comunicar à contratante eventuais impossibilidade no cumprimento do objeto, apresentando antecipadamente justificativa apta à comprovação da impossibilidade da execução.

r) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

s) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

t) Cumprir todas as condições e prazos fixados, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável, bem como a garantir a qualidade na execução do objeto;



u) No que couber, usar uniforme completo, EPI's e crachás de identificação dentre outros elementos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do objeto.

v) Cumprir de todas as condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 3.292/20223, inclusive emitindo os documentos fiscais (notas fiscais, faturas, recibos, etc.) em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária, Decreto Municipal nº 3.292/20223, sob pena de não aceitação dos documentos por parte da contratante, com sua devolução para correção.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO

I. A inexecução total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente, enseja a sua rescisão, com as consequências nele previstas, em lei ou regulamento, podendo este instrumento contratual firmado, ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I. O credenciado / contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no Art. 155 da Lei 14.133/21 e se sujeitará às sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/21.

II. Na aplicação das sanções previstas serão considerados, a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

III. Na aplicação das sanções serão observadas as condições estabelecidas no Art. 156, § 1º ao 9º, Art. 157 a 163 da Lei 14.133/21.

IV. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

V. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



b) Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; nos casos em que o contratado: **a)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; **b)** der causa à inexecução total do contrato; e **c)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, quando praticadas as condutas de: **a)** apresentação de documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; **b)** prática de ato fraudulento na execução do contrato; e **c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, **bem como** quando o contratado: **a)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; **b)** der causa à inexecução total do contrato; e **c)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado

d) Multa:

1. Moratória no importe de **3% (três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (dias)** dias, apenas para as infrações de retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

2. Compensatória, no importe de **10% (dez por cento)** do valor total da contratação apenas para as infrações de apresentação de documentação falsa ou declaração falsa durante a execução do contrato e prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de **10% (dez por cento)** do valor total da contratação.

4. Compensatória, de **20% (vinte por cento)** do valor total da contratação quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

VI. A aplicação das sanções previstas neste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

VII. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

VIII. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

IX. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

X. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

XI. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



a) Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na solicitação de credenciamento (proposta).

b) Os endereços de e-mail informados serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

XII. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

XIII. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

XIV. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XV. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

a) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema interno de gestão pública e na plataforma de realização do credenciamento.

XVI. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

XVII. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o Município de Pimenta/MG, órgão ora Contratante.

XVIII. Além das hipóteses previstas acima, poderá o CREDENCIANTE cancelar ou rescindir o contrato de credenciamento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por deixar o contrato de atender às condições mínimas necessárias para prestação dos serviços, como nos casos de doença.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS



I. Aplica-se neste contrato, às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, como as questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações os meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, observando-se as disposições contidas no Art. 151 à 154 da Lei 14.133/21.

II. A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS GARANTIAS

I. O Município de Pimenta/MG, nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/21, não exigirá prestação de garantia uma vez que o (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) integralmente após o recebimento e aceitação definitiva do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO LEGAL

I. Incumbirá a CREDENCIANTE / CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

II. Este contrato terá forma escrita e será juntado ao processo que se originou e será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial nos termos do Art. 91 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

I. A Contratada tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos na **Inexigibilidade de Licitação nº 0xx /20xx**, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o Art. 92, inc. XVI e XVII, da Lei 14.133/21 e suas alterações.

II. O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

I. Fica eleito o foro da Comarca de Formiga/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.



MUNICÍPIO DE PIMENTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48
Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

I. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado e, depois de lido e achado em ordem, vai assinada pelas partes, dispensando-se as testemunhas¹.

Pimenta/MG, xx de XXXXXX de 20XX.

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG
CNPJ: 16.725.962/0001-48
GEOVÂNIO GUALBERTO MACÊDO - PREFEITO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

¹ Nota Explicativa: dispensado o acolhimento de 2 testemunhas, conforme entendimento do STJ no REsp no 1.495.920/DF.



ANEXO III

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

Ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pimenta/MG

DADOS CADASTRAIS			
Nome empresarial:			
Endereço:		Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
CNPJ:	Inscrição Estadual (se houver):		

....., conforme dados cadastrais acima, vem, por meio da presente, solicitar seu **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços de:

(especificar para qual (is) serviços se credencia, conforme lista de serviços do Termo de Referência, com planilha de itens, quantidades e os valores já estabelecidos no edital).

DECLARA, para os devidos fins:

a) QUE ao participar do procedimento auxiliar de credenciamento e celebrar termo de credenciamento/contrato com a Administração Pública, tem o conhecimento das infrações e sanções administrativas prevista no Art. 156 da Lei 14.133/21 tendo ciência de que será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas na Lei.

Local e data

Nome, identificação e assinatura do interessado



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE LOCAL DE ATENDIMENTO E RESPONSÁVEL TÉCNICO

A empresa interessada _____, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, para fins de participação no procedimento auxiliar de credenciamento do Município de Pimenta/MG, que:

Do local de atendimento

Os serviços objeto do credenciamento serão realizados para atendimento do objeto do edital do Município de Pimenta/MG, respeitado o raio de quilometragem definido, no seguinte endereço:

..... (Nome do estabelecimento e endereço completo do local de atendimento)

Do(s) profissional(is) responsável(is)

O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) e executor(es) dos serviços será(ão) o(s) abaixo identificado(s):

Nome: _____
Profissão/Especialidade: _____
Registro no Conselho Profissional: _____

Nome: _____
Profissão/Especialidade: _____
Registro no Conselho Profissional: _____

(caso necessário, repetir os campos para todos os profissionais vinculados)

Da regularidade profissional

O(s) profissional(is) indicado(s) encontra(m)-se regularmente inscrito(s) no(s) respectivo(s) conselho(s) de classe, estando apto(s) ao exercício das atividades relacionadas ao objeto do credenciamento, nos termos da legislação vigente.

Do compromisso da interessada

A interessada compromete-se a:

- manter atualizadas, junto à Administração Municipal, as informações relativas ao local de atendimento e aos profissionais responsáveis;
- assegurar condições adequadas de funcionamento do estabelecimento;
- cumprir integralmente a legislação sanitária, ética e profissional aplicável à execução dos serviços;



- d) comunicar previamente qualquer alteração relacionada ao quadro de profissionais ou ao local de atendimento.

Da veracidade das informações

Declara, por fim, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade civil, administrativa e legal por sua veracidade.

Local e data

Nome do representante legal da empresa: _____

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Cargo: _____

Assinatura(s): _____

Nome do profissional técnico: _____

Registro(s) profissional(is): _____

Assinatura(s): _____